

# Relatório e Contas 2023



**Montepio** Gestão de Activos

Grupo Montepio

EDIFÍCIO GRANDELLA



**Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.**

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

[geral@gestaoactivos.montepio.pt](mailto:geral@gestaoactivos.montepio.pt)

[www.montepiogestaoactivos.pt](http://www.montepiogestaoactivos.pt)

## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

José Maria Ataíde de Figueiredo Cabral da Câmara	Presidente
Manuela Pires Pereira	Vice-Presidente
Susana Raquel dos Anjos Pacheco	Secretária

### Conselho de Administração

João Carlos Carvalho das Neves, em representação do Montepio Geral Associação Mutualista,	Presidente (sem funções executivas)
Francisco José Gonçalves Simões	Vogal
José António Fonseca Gonçalves	Vogal
Maria Margarida Carrusca Pontes do Rosário Ribeiro de Andrade	Vogal
Nuno Augusto Pereira Coelho	Vogal

### Conselho Fiscal

Paula Alexandra Flores Nóia da Silveira	Presidente
Maria Fernanda Rodrigues Fernandes	Vogal
António José Santiago de Freitas	Vogal
João Alberto Monarca Pires	Suplente

### Revisor Oficial de Contas

PwC - PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representado por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, inscrita na Ordem dos ROC, sob o nº 952, e na CMVM com o nº 20160569	Efetivo
Carlos José Figueiredo Rodrigues, inscrito na Ordem dos ROC, sob o nº 1737, e na CMVM com o nº 20161347	Suplente



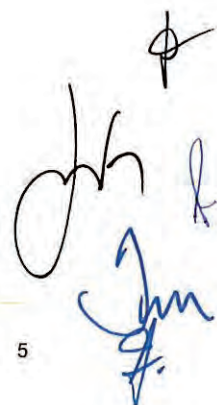
## Índice

<b>1. RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>5</b>
<b>1.1. Ano de 2023 em Resumo</b>	<b>6</b>
Destques.....	6
Síntese de Indicadores.....	8
Setor e Montepio Gestão de Activos – desempenho global .....	9
<b>1.2. Enquadramento da Atividade</b>	<b>10</b>
Economia.....	10
Mercado Imobiliário Português.....	14
Mercados Financeiros .....	18
Sistema Financeiro .....	21
Principais Riscos e Incertezas para 2024 .....	24
Enquadramento regulamentar.....	25
<b>1.3. Análise da Atividade</b>	<b>28</b>
Montepio Gestão de Activos .....	28
Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários (OICVM).....	30
Organismos de Investimento Alternativo Imobiliário (OIA Imobiliário).....	33
Gestão discricionária de carteiras (GDC).....	37
<b>1.4. Governação e Sistema de Controlo Interno</b>	<b>38</b>
Modelo de governação .....	38
Função de Gestão de Riscos (FGR) .....	39
Função de Auditoria .....	40
Função de <i>Compliance</i> .....	40
Subcontratação e Prestação de serviços.....	40
<b>1.5. Gestão do Capital Humano</b>	<b>42</b>
<b>1.6. Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação do Resultado</b>	<b>43</b>
<b>1.7. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício e Perspetivas para o ano de 2024</b>	<b>44</b>
<b>1.8. Nota Final</b>	<b>46</b>
<b>2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>47</b>
<b>3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>53</b>
<b>4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>108</b>
<b>5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>109</b>



## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO

---

Handwritten signatures in black and blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be of multiple individuals.

## 1.1. ANO DE 2023 EM RESUMO

### Destaques

#### Conjuntura económica e social

O ano de 2023 apresentou uma conjuntura económica e social influenciada por níveis elevados de inflação, ainda que em melhoria substancial aos verificados em 2022, correlacionados com níveis de taxa de juro de mercado igualmente elevados. O ano fica igualmente marcado pelas guerras na Ucrânia, que aparenta prolongar-se no tempo, e mais recentemente pela guerra no médio oriente, entre Israel e o Hamas, as quais acarretam não só um incomensurável drama humano e social, como importantes repercussões económicas para o conjunto das economias, nomeadamente ao nível dos preços do petróleo e do crescimento global, as quais, atendendo às dimensões estratégicas e complexidades geopolíticas das duas regiões do globo, poderão fazer prolongar os conflitos e, nesta medida, intensificar os riscos económicos em termos globais.

#### Estrutura Organizacional

O exercício económico de 2023 na Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (doravante designada «MGA» ou «Sociedade») apresentou-se desafiante no quadro da consolidação do processo de fusão por incorporação da Montepio Valor – SGOIC ocorrido em 2022, concretizando a orientação estratégica do acionista maioritário – o Montepio Geral Associação Mutualista – no sentido da prossecução do reforço do alinhamento estratégico do Grupo. Neste contexto, foi possível otimizar a estrutura de governo da Sociedade e, num processo progressivo, obter sinergias operacionais, racionalizar e melhor alocar os recursos disponíveis, donde se destaca, nomeadamente, a redução de custos ao nível dos órgãos sociais.

#### Atividade

- Quotas de mercado e *rankings*: i) 6,09% no segmento da GDC, ocupando a 5ª posição do *ranking* nacional; ii) 3,40% no segmento dos OIA Imobiliário, ocupando a 13ª posição no *ranking*, destacando-se o Fundo Valor Prime, no subsegmento dos OIA Imobiliário abertos de rendimento, com uma quota de 14% e iii) 1,6% de quota de mercado no segmento dos OICVM, ocupando a 7ª posição do *ranking*;
- Evolução dos ativos sob gestão por segmento de negócio: i) aumento de 119,7 M€ (+66,2%) nos OICVM, suportado maioritariamente na tipologia de fundos de curto prazo, ii) aumento de 40,2 M€ (+9,8%) nos OIA Imobiliário, destacando-se a variação registada no Fundo Valor Prime (+24,7 M€ ; +7,8%) e iii) aumento de 54,4 M€ (+3,7%) no segmento da GDC, sobretudo influenciado pelo impacto da rentabilidade média ponderada *year-to-date*, que se mostrou positiva em 7,87%, um valor muito próximo do *benchmark*, em média ponderada, de 8,13%;



- Continuação da reestruturação do *portfolio* de oferta dos OICVM, com o lançamento em mai/23 da Classe I no «*Montepio Tesouraria*», para clientes institucionais e, no segmento dos OIA Imobiliário, de destacar o início da gestão, em 3 de novembro de 2023, da Santos & Vale – SIC Imobiliária Fechada S.A..

## Resultados

- Aumento das comissões de gestão dos OICVM (+241 m€; +34,2%) e dos OIA Imobiliário (inclui uma Sociedade de Investimento Coletivo - SIC) (+117,5 m€; +3,6%), mais que compensando a redução observada no segmento da GdC (- 4,5%), em resultado da variação homóloga negativa da componente variável (-69,1 m€);
- Resultado Líquido do Exercício de 839,3 m€, traduzindo um aumento de 509,4 m€ em relação a 2022, assente na combinação do aumento dos Proveitos, sobretudo da sua principal componente, as comissões de gestão (+289,4 m€; +5,2%), com reversão da "Imparidade para outros ativos" no valor de 147,2 m€ conforme identificado na nota 16 no Anexos às Demonstrações Financeiras.

## Dimensão e Capital

- Aumento do Ativo Total Líquido em 777 m€ (+8,2%) face a 2022, passando a observar o valor de 10,2 M€ no final de 2023, enquanto o Passivo fechou o exercício de 2023 com um aumento de 385,8 m€ (+18%), atingindo 2,53 M€;
- Aumento do Capital Próprio (+391,2 m€; +5,4%), atingindo 7,7 M€, essencialmente influenciado pelo Resultado Líquido do Exercício, o qual passou de 330 m€, em 2022, para 839,3 m€ em 2023;
- Confortável situação ao nível dos Fundos Próprios, os quais excedem significativamente os requisitos mínimos legalmente exigidos para 31 de dezembro de 2023.

## Performance

- O Fundo Valor Prime, renovando a distinção recebida em 2022, foi novamente reconhecido em maio de 2023 com o prémio "*Melhor Organismo de Investimento Imobiliário Aberto*", no evento conjunto organizado pela APFIPP e Jornal de Negócios, cujo objetivo é premiar a excelência da gestão nacional de Fundos de Investimento e Fundos de Pensões;
- Rendibilidades anuais dos FIM<sup>1</sup> «*Euro Financial Services*» (21,99%), «*Ações Europa*» (14,83%), «*Euro Utilities*» (14,61%), «*Taxa Fixa*» (5,08%) e «*Tesouraria*» (2,51%) acima dos respetivos referenciais<sup>2</sup> de mercado;
- Rendibilidades anuais dos OIA Imobiliário<sup>3</sup> igualmente acima dos respetivos referenciais comparativos de mercado, donde se evidencia o fundo aberto «*Valor Prime*» (4,08%<sup>4</sup>) e os fundos fechados «*Fundinvest*» (11,62%) e «*Imourbe*» (11,62%).

<sup>1</sup> Fonte: APFIPP para 31 de dezembro de 2023.

<sup>2</sup> Média ponderada das rendibilidades anuais dos Fundos do mesmo tipo.

<sup>3</sup> Fonte: MGA para 31 de dezembro de 2023.

<sup>4</sup> Considera o reinvestimento dos rendimentos distribuídos.



## Síntese de Indicadores



Fonte: Quota de Mercado APFIPP, dados de dez/2023

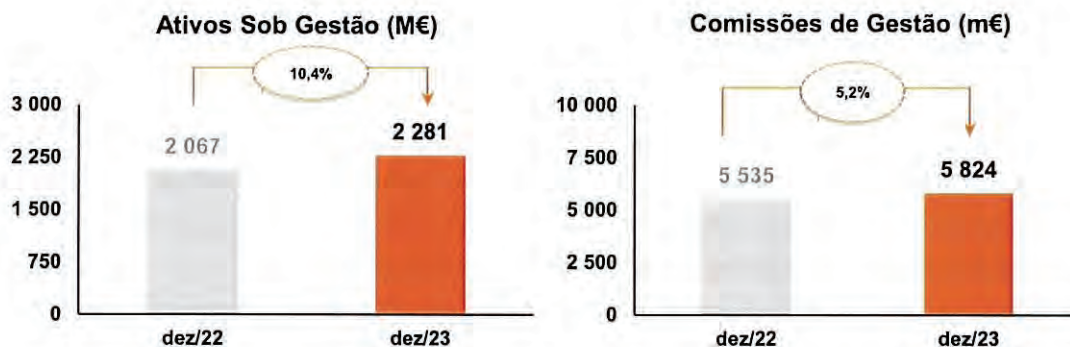
	MGA 31.12.2022	MGA 31.12.2023	Variação 2022 / 2023
--	----------------	----------------	----------------------

### Atividade e Resultados (euros)

Ativo Total Líquido	9 451 399	10 228 397	8,2%
Comissões de gestão	5 534 765	5 824 198	5,2%
OICVM	703 960	944 926	34,2%
OIA Imobiliário	3 282 986	3 400 590	3,6%
Gestão Carteiras - fixa	1 464 436	1 465 342	0,1%
Gestão Carteiras - variável	83 383	13 340	-84,0%
Produto Bancário (PB)	5 280 649	5 798 847	9,8%
Resultado Líquido	329 953	839 348	154,4%

### Rendibilidade e Eficiência

Capital Próprio (CP) (euros)	7 305 274	7 696 488	5,36%
ROA (rentabilidade do Ativo)	3,5%	8,2%	4,7 p.p.
ROE (rentabilidade dos CP)	4,5%	10,9%	6,4 p.p.
Custos de estrutura <sup>5</sup> / PB	90,6%	83,7%	-6,9 p.p.
Custos com pessoal / PB	55,1%	43,6%	-11,5 p.p.
Nº Trabalhadores	38	38	0,0%



<sup>5</sup> Custos de estrutura ou de funcionamento: custos com pessoal + gastos gerais administrativos + depreciações



## Sector e Montepio Gestão de Activos – desempenho global

De acordo com os dados da APFIPP, nas suas estatísticas de OICVM para 31 de dezembro de 2023, o ano fechou com o valor total de ativos sob gestão de organismos de investimento coletivo em valores mobiliários de 18,616 mil milhões de euros (mM€), observando um crescimento de 1,485 mM€ (+8,7%). Já no que respeita ao mercado dos OIA Imobiliário, também de acordo com a APFIPP, nas estatísticas de OIA imobiliários, 2023 fechou com um aumento de 2,045 mM€ em relação a 2022, atingindo o total de ativos sob gestão de 13,294 mM€, dos quais, 4,262 mM€ relativos a fundos abertos de rendimento e de acumulação, segmento que, na globalidade, observou um ligeiro acréscimo de 0,7% quando comparado com 2022, e que representa um peso de 32,1% no total da indústria dos OIA Imobiliário em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o total de ativos sob gestão da Montepio Gestão Activos era de 2,28 mM€, apresentando um aumento homólogo de 214,3 M€ (+10,4%), com todos os segmentos de negócio a observarem crescimento: i) os OICVM, com um aumento de 119,7 M€ (+66,2%), sobretudo suportado nos contributos do Montepio Tesouraria, no global de 95,6 M€, do Montepio Obrigações, com uma variação positiva de 11 M€, e do Montepio Ações EUA, com um aumento de 15 M€; ii) os OIA Imobiliário observaram um crescimento de 40,2 M€ (+9,8%), com destaque para os aumentos de 24,7 M€ do Valor Prime e de 6,8 M€ do Fundinvest, e do início da gestão, em novembro de 2023, dos ativos da sociedade de investimento coletivo (SIC) Santos & Vale – SIC Imobiliária Fechada S.A., no valor de 12,2 M€; e iii) o segmento da GDC que observou uma variação homóloga de 54,4 M€.

No que respeita à dinâmica da atividade dos fundos, destaque para as subscrições líquidas de resgates, com os OICVM a observarem um significativo *gap* positivo de 103,5 M€, enquanto o Valor Prime, na categoria dos OIA Imobiliário, verificou uma produção líquida de 20,1 M€.

Relativamente às transações de imóveis no segmento dos OIA Imobiliário, destaca-se a alienação de 55 imóveis, num total de 7,1 M€ (valor de escritura), concretizando oportunidades de mercado e aportando valor aos Fundos. No ano de 2023 não foram realizadas aquisições de imóveis.

No que respeita à posição relativa no mercado, a Sociedade ocupava as sétima e décima terceira posições, respetivamente no *ranking* das gestoras de OICVM e OIA Imobiliário, enquanto a GDC, com uma quota de 6,09%, ocupava a quinta posição, logo atrás das quatro maiores gestoras, associadas aos maiores grupos financeiros a operar em Portugal.

Ao nível da rentabilidade, destacaram-se vários fundos geridos pela Sociedade, com particular relevo, nos OICVM, para o «*Financial Services*» e «*Utilities*» ao nível dos fundos setoriais, para o «*Ações Europa*», nos fundos de ações europeias, para o «*Taxa Fixa*» nos fundos de obrigações, e para o «*Tesouraria*», que observaram rentabilidades acima dos respetivos referenciais<sup>6</sup> de mercado. Na categoria dos OIA Imobiliário, realce para os Fundos *Valor Prime*, *Imourbe* e *Fundinvest*, que observaram, igualmente, rentabilidades superiores aos respetivos referenciais de mercado.

<sup>6</sup> Média ponderada das rentabilidades anuais dos Fundos do mesmo tipo.



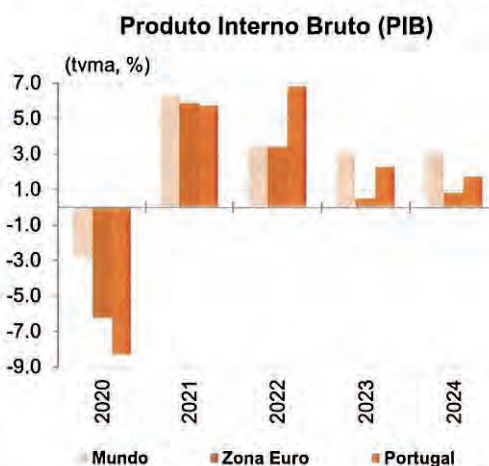
## 1.2. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

### Economia

#### Economia Mundial

O ano de 2023 foi marcado pela forte resiliência da atividade económica, quando o enquadramento observado – geopolítico e económico – levou a que se temesse, durante grande parte do ano, a ocorrência de uma recessão global (veja-se que o declive da *yield curve* nos EUA atingiu níveis acentuadamente negativos, semelhantes aos que precederam recessões anteriores, a que acresce o facto de, desde 1945, a inflação norte-americana nunca ter caído de 5% para 3% sem que tivesse ocorrido uma recessão nos 18 meses seguintes). Uma recessão global que não só foi evitada, como se verificou, inclusivamente, uma aceleração da atividade económica a nível global, com os EUA, o Japão e o conjunto dos BRIC a acelerarem e apenas a Europa a abrandar.

Para a surpreendente resiliência da atividade económica contribuíram também a robustez do mercado de trabalho e imobiliário, o comportamento favorável do consumo privado, principalmente nos EUA, beneficiando dos elevados *stocks* de poupança dos particulares constituídos durante a pandemia e das medidas de apoio públicas adotadas e a estabilidade financeira, não obstante a crise dos bancos regionais dos EUA no 1.º trimestre do ano e a possibilidade de surgirem efeitos desfasados dos apertos da política monetária sobre a atividade económica.



Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 30 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta as suas previsões para a economia global, para 2024, de 2,9% para 3,1% (estimativa de +3,1% para 2023), prevendo uma ligeira aceleração em 2025, para 3,2% (também +3,2% nas previsões anteriores, de outubro), mantendo-se abaixo da média de 3,8% no período 2000-2019, refletindo políticas monetárias restritivas e políticas orçamentais menos expansionistas, assim como um baixo crescimento subjacente da produtividade.

As projeções agora divulgadas não deixam de enfrentar riscos, que, no entanto, se encontram nesta fase equilibrados. O FMI admite a possibilidade de surpresas positivas no crescimento, desde logo, com a possibilidade de uma maior aceleração do processo de desinflação, mas também caso os governos sejam menos rápidos a retirar medidas de apoio do que se espera.



Relativamente às principais economias, o FMI reviu em baixa as previsões de crescimento para a Zona Euro (em 2024, de +1,2% para +0,9%, e, em 2025, de +1,8% para +1,7%), com o organismo a estimar um crescimento de 0,5% da Alemanha em 2024 (devendo sair da atual recessão). Para os EUA, as perspetivas foram melhoradas (em 2024, de +1,5% para +2,1%). Para 2025, porém, as previsões de crescimento dos EUA já surgem alinhadas com as da Zona Euro, em 1,7% (+1,8% nas anteriores previsões). No caso dos BRIC, o FMI reviu em alta as previsões para a China (em 2024, de +4,2% para +4,6%, tendo, para 2025, mantido a previsão de desaceleração, para +4,1% que serão as taxas de crescimento mais baixas dos últimos 30 anos, excetuando o período da pandemia), revendo também em alta as previsões para o Brasil (em 2024, de +1,5% para +1,7%, mantendo a previsão para 2025, em +1,9%), para a Índia (em 2024, de +6,3% para +6,5%, e, em 2025, também de +6,3% para +6,5%) e para a Rússia (em 2024, de +1,1% para +2,6%, e, em 2025, de +1,0% para +1,1%).

Apesar das divergências emergentes, o FMI considerou improvável a aterragem abrupta das economias após o forte aperto na política monetária devido à subida da inflação, com a instituição a defender que as suas projeções são cada vez mais consistentes com um cenário de "aterragem suave", trazendo a inflação para baixo sem uma grande quebra na atividade, especialmente nos EUA, onde a subida prevista na taxa de desemprego é muito modesta, de 3,6% em 2023 para 3,9% em 2024 (previsões de outubro). Na Zona Euro, a previsão (também de outubro) é a de que a taxa de desemprego desça para 6,5% em 2024.

Relativamente à inflação mundial, o FMI prevê que a inflação deverá abrandar de 6,8% em 2023 para 5,8% em 2024 (+8,7% em 2022), mantendo em janeiro o valor que havia avançado em outubro, projetando uma nova descida em 2025, para 4,4% (+4,6% nas anteriores previsões). O FMI espera que as taxas de inflação voltem a aproximar-se das metas dos bancos centrais em 2024, apesar de, por exemplo no caso da Zona Euro, os 3,3% previstos para 2024 (previsões de outubro) estarem ainda bem acima da meta de 2% do BCE.

O FMI destacou, também, que os fatores que impulsionam a descida da inflação *"diferem consoante o país, mas geralmente refletem uma inflação subjacente mais baixa em resultado de políticas monetárias ainda restritivas, de um abrandamento no mercado laboral e dos efeitos de repercussão de quedas anteriores e em curso nos preços relativos da energia"*.

### **Economia da Zona Euro**

A atividade económica na região arrancou o ano de 2023 a exhibir um ligeiro acréscimo em cadeia de 0,1% no 1.º trimestre, tendo voltado a expandir 0,1% no 2.º trimestre, mas regressando às quedas no 3.º trimestre (-0,1%) e estagnando no último trimestre do ano (um comportamento fraco, mas acabando, ainda assim, por evitar a entrada da economia da Zona Euro numa situação de recessão técnica na 2.ª metade do ano, como estava a ser antecipado pelo mercado).

A economia da região voltou a abrandar no conjunto de 2023, para um crescimento de cerca de 0,5%, depois das expansões de 3,4% e 5,9% em 2022 e 2021, respetivamente, sendo



condicionada, designadamente, pelo contexto de elevada inflação e pelo impacto económico das elevadas taxas de juro. Perspetiva-se um regresso da economia às acelerações, mas para um crescimento ainda reduzido, de 0,8%, um cenário que é partilhado pelas mais recentes projeções do BCE (+0,8%, em meados de dezembro) e que fica abaixo do previsto pelas outras entidades internacionais (Comissão Europeia: +1,2%, OCDE: +0,9% e FMI: +0,9%; sendo que as previsões da Comissão Europeia e da OCDE, ao terem sido publicadas em novembro, não terão chegado a refletir as perspetivas de um mais fraco final de ano da economia da região).

Ao longo do ano, assistiu-se a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022, com a inflação homóloga a fechar o ano de 2023 nos 2,9% (em dezembro), ainda acima do objetivo de inflação de médio prazo do BCE, de 2,0%, mas já bem aquém do observado no final de 2022 (+9,2%), bem como do pico máximo de 10,6% registado em outubro de 2022. A inflação subjacente revelou uma maior resiliência, tendo inclusive atingido um pico máximo em 2023 (de +5,7% em março), mas fechado o ano num nível (+3,4% em dezembro) também abaixo do observado no final de 2022 (+5,2%). Em termos médios anuais, a inflação desceu em 2023, dos 8,4% verificados em 2022 para 5,4%, devendo prosseguir este ano a trajetória descendente, não obstante os riscos ascendentes provocados pelo atual contexto geopolítico no médio oriente, no leste europeu e na UE, com os protestos no setor agrícola.

Face ao contexto de persistência da inflação subjacente elevada ao longo de grande parte do ano, assim como às perspetivas de que a inflação permaneça elevada durante demasiado tempo, o BCE deu em 2023, mais concretamente até à reunião de setembro, continuidade ao ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras iniciado em meados de 2022, tendo aumentado essas taxas em 200 p.b. (50 p.b. em fevereiro e em março e 25 p.b. em maio, junho, julho e setembro), mantendo depois as taxas inalteradas nas restantes reuniões do ano.

Tratou-se do ciclo de subida de taxas de juro do BCE mais agressivo da sua história, com as taxas de referência a aumentarem 450 p.b. em cerca de 15 meses (entre julho de 2022 e setembro de 2023). Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (refi rate) fechou o ano nos 4,50% e a taxa de depósitos nos 4,00%, níveis em que deverão permanecer até meados deste ano, altura em que o BCE deverá dar início ao processo de gradual redução das taxas de juro.

### **Economia Portuguesa**

O PIB português iniciou o ano de 2023 a exibir uma forte e inesperada expansão em cadeia de 1,5% no 1.º trimestre, acelerando bastante face ao trimestre anterior (+0,5% no 4.º trimestre de 2022), tendo depois desacelerado para 0,1% no 2.º trimestre e contraído 0,2% no 3.º trimestre, uma correção que já era esperada e que poderá ter refletido o facto do forte crescimento no 1.º trimestre (tal como sucedeu em 2022) poder ter igualmente resultado de problemas estatísticos de medição da atividade económica. No entanto, a economia regressou aos crescimentos no derradeiro trimestre do ano, ao expandir 0,8%, ascendendo a novos níveis máximos históricos da série trimestral (iniciada em 1978) e ficando 5,4% acima do PIB do 4.º trimestre de 2019, antes do início da pandemia.



Em termos anuais, depois de o PIB ter registado um crescimento de 6,8% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,7% em 2021 e a diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica), a economia portuguesa abrandou o crescimento em 2023, para 2,3%, ficando acima das previsões do Governo no Orçamento de Estado para 2024 (OE 2024), realizadas em outubro, bem como da Comissão Europeia e da OCDE, ambas em novembro, tendo ficado ainda mais acima dos 2,1% previstos pelo Banco de Portugal em dezembro e em linha com os 2,3% projetados em outubro pelo FMI. A procura interna apresentou um contributo positivo para o crescimento anual do PIB em 2023, embora inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida também foi positivo em 2023, mas menos intenso que em 2022, tendo as exportações e as importações desacelerado significativamente.

Perspetiva-se um novo abrandamento da economia portuguesa em 2024, com o PIB a crescer em torno de 1,8%, uma desaceleração que é inferior ao antecipado por um conjunto alargado de entidades nacionais e internacionais – v.g. Governo (+1,5%), FMI (+1,5%), Comissão Europeia (+1,3%), OCDE (+1,2%) e Banco de Portugal (+1,2%) –, cujas previsões foram fortemente condicionadas pelas perspetivas de um final de 2023 bem mais fraco do que o que efetivamente acabou por acontecer. A atividade económica ao longo de 2024 tenderá a beneficiar da aceleração da procura externa a partir de meados do ano, do efeito da descida da inflação no rendimento das famílias, das perspetivas de diminuição gradual das taxas de juro e do impulso dos fundos europeus no investimento.

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, depois do forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, assistiu-se em Portugal, em 2023, também a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022 (igualmente beneficiando do corte da taxa de IVA para 0% de vários bens alimentares essenciais), com a inflação homóloga a fechar o ano nos 1,9% (em dezembro), já um pouco abaixo do *target* de 2,0% do BCE e bem aquém do observado no final de 2022 (+9,8%), bem como do pico máximo de 10,6% registado em outubro de 2022. Em termos médios anuais, a inflação desceu para 5,3% em 2023, após os 8,1% observados em 2022, devendo prosseguir em 2024 a trajetória descendente, caso as perturbações geopolíticas não voltem a impactar significativamente nos preços dos produtos energéticos e nos custos do transporte marítimo.

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma diminuição da taxa de desemprego ao longo de 2023, dos 6,7% de dezembro de 2022 para 6,6% em dezembro de 2023, após um pico máximo de 7,0% observado logo no início do ano. Todavia, em termos anuais, assistiu-se a uma subida da taxa de desemprego dos 6,0% verificados em 2022 para 6,6% em 2023, prevendo-se uma estabilização em 2024 nos 6,6%, embora com riscos a permanecerem ascendentes e especialmente dependentes da resiliência do crescimento económico.



As finanças públicas continuaram ao longo de 2023 a beneficiar do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva, com os dados da execução orçamental disponíveis a evidenciarem fortes melhorias do saldo orçamental face ao período homólogo (mesmo tendo em conta as medidas de apoio lançadas pelo Governo para suportar o rendimento real das famílias). Estimamos um excedente orçamental de cerca 1,1% do PIB, um resultado bem mais favorável que o défice orçamental de 0,3% observado em 2022, com o excedente de 2023 a ser superior ao assumido pelo Governo no OE 2024 (+0,8%), estando em linha com a previsão de 1,1% do Banco de Portugal (em dezembro), prevendo-se depois uma redução do excedente orçamental em 2024. O rácio de dívida pública sobre o PIB manteve em 2023 a trajetória descendente iniciada em 2021, uma trajetória que deverá ser reforçada ao longo de 2024.

Depois do agravamento do défice da balança corrente em 2022, dos 0,8% do PIB observados em 2021 para 1,1%, nomeadamente em resultado da subida dos preços das *commodities* importadas, designadamente da energia, estimamos um excedente de cerca de 1,6% do PIB em 2023, com a balança de bens e serviços a voltar a apresentar também um excedente em 2023, após os défices observados entre 2020 e 2022, prevendo-se depois uma redução do excedente da balança corrente em 2024.

A taxa de poupança dos particulares desceu em 2022, dos 10,6% em 2021 para 6,5%, prolongando a trajetória de redução iniciada já em 2021 (em 2022 exacerbada pelo aumento da inflação), com os dados disponíveis a levarem-nos a estimar um regresso às subidas em 2023, para 6,6%, prevendo-se depois um novo aumento em 2024. O aperto das condições financeiras observado contribuiu, em geral, para uma maior propensão a poupar e as elevadas taxas de juro provocaram mesmo um aumento da poupança forçada, uma vez que uma maior parcela do rendimento disponível acabou por ter de ser afeta às prestações dos créditos, em detrimento de ser afeta ao consumo.

### **Mercado Imobiliário Português**

De acordo com a análise do Banco de Portugal (BdP) efetuada no Relatório de Estabilidade Financeira (REF) de novembro, em Portugal, os preços no mercado imobiliário residencial continuaram a crescer acima da taxa de inflação em 2023, persistindo os indícios de sobrevalorização do imobiliário residencial. Segundo os dados do INE, o crescimento homólogo do Índice de Preços da Habitação (IPHab) atingiu 7,6% no 3.º trimestre de 2023, em desaceleração (+8,7% no 2.º trimestre de 2023), correspondendo a uma subida em cadeia de 1,8% (+3,1% no 2.º trimestre de 2023), renovando níveis máximos históricos (mais do que duplicando desde o início de 2015) e continuando, assim, a evidenciar sinais de sobrevalorização que se observam desde 2019.

Apesar de não existirem ainda dados do IPHab referentes ao 4.º trimestre de 2023, os preços poderão ter abrandado no final do ano, a avaliar, designadamente, pelos dados do valor mediano



de avaliação bancária à habitação, que registou em dezembro uma ligeira subida em cadeia para 1 536 €/m<sup>2</sup> (+0,4% face a novembro), mas depois de duas quedas consecutivas, em que esteve a aliviar de níveis máximos históricos, exibindo em dezembro uma queda da variação homóloga para 5,3% (+5,6% em novembro) e uma descida marginal no conjunto do 4.º trimestre de 2023 (-0,04% face à média do trimestre anterior, após ter subido 1,9% no 3.º trimestre de 2023).

A desaceleração dos preços das casas observada em 2023 ocorreu após uma variação média anual de 12,6% em 2022, tendo prolongado a trajetória de crescimento iniciada no 2.º trimestre de 2015 (com a única exceção da ligeira queda de 0,5% observada no 3.º trimestre de 2020).

Conforme acima referido, o BdP considerou no seu último REF que os preços reais do imobiliário residencial têm continuado a crescer acima da tendência histórica, defendendo que se mantêm os indícios de sobrevalorização dos preços das casas, embora referindo que esses indícios começaram a diminuir a partir do 4.º trimestre de 2022.

Segundo o BdP, o conceito de sobrevalorização ou subvalorização no mercado da habitação remete para a noção de desequilíbrio no mecanismo de determinação de preços, observando-se um desvio face ao que é considerado como valor de equilíbrio. Este desequilíbrio poderá dever-se à existência de imperfeições de mercado e fricções que impeçam o ajustamento entre a procura e a oferta de habitação.

O BdP considera na sua análise de sobrevalorização/subvalorização do imobiliário residencial duas abordagens distintas: i) indicadores estatísticos; ii) modelos que consideram fatores estruturais de determinação dos preços da habitação, como o rendimento disponível dos particulares participantes no mercado imobiliário e a taxa de juro.

No âmbito da abordagem dos indicadores estatísticos, o BdP referiu que no 2.º trimestre de 2023 os indicadores estatísticos continuaram acima dos valores tomados como referência para sinalizar potenciais situações de sobrevalorização (situação que se observa já desde 2019). Contudo, a partir do 4.º trimestre de 2022, o rácio dos preços face ao rendimento e o desvio face à tendência de longo prazo reduziram-se ligeiramente. No entanto, o rácio dos preços face às rendas do total de imóveis de habitação arrendados (alojamentos familiares principais) continuou a aumentar.

Já no âmbito da abordagem dos modelos que consideram fatores estruturais de determinação dos preços da habitação, o BdP referiu que, desde o 3.º trimestre de 2022, pelo menos dois modelos baseados em determinantes macroeconómicos apontam para uma sobrevalorização do mercado imobiliário residencial em Portugal (já a análise dos rácios entre os preços e os rendimentos/rendas sugerem, como referido, situações de potencial sobrevalorização desde 2019). Contudo, o BdP alerta para o facto de as estimativas destes modelos deverem ser interpretadas com especial cuidado, devido às limitações metodológicas e consequente incerteza associada aos resultados. Em particular, poderão não estar a captar adequadamente a participação de não residentes no mercado e os efeitos do turismo na determinação da oferta e da procura no mercado de habitação.



Ambos os fatores têm evoluído de forma acentuada nos últimos anos em Portugal, sendo incerta a sua consideração como determinantes fundamentais dos preços do imobiliário residencial.

De acordo com dados do INE, em 2023, as vendas de alojamentos familiares exibiram uma descida homóloga de 18,9% no 3.º trimestre de 2023 (-22,9% no trimestre anterior), mas uma subida em cadeia de 1,9% (após -2,5% no 2.º trimestre de 2023), embora com o valor das habitações transacionadas no 3.º trimestre de 2022 a diminuir 13,7% em termos homólogos. Com o aumento em cadeia observado no 3.º trimestre de 2023, as vendas de alojamentos familiares aliviaram de níveis mínimos desde o 2.º trimestre de 2020, aproximando-se dos níveis máximos históricos observados no 4.º trimestre de 2021. Note-se que, em 2022, as vendas de casas ainda subiram 1,3%, depois do forte crescimento de 20,5% em 2021, devido ao efeito da pandemia, representando o registo de 2022 o menor crescimento desde 2012, excetuando a queda de 11,2% em 2020 (refletindo então o grave contexto pandémico), devendo ter caído no conjunto do ano de 2023.

Segundo a análise do BdP no REF de novembro, o tempo médio de venda de um imóvel em Portugal estabilizou em torno de seis meses no 1.º semestre de 2023, após a redução observada em 2022, com a velocidade de absorção a manter-se idêntica à observada em 2022. Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), a velocidade de absorção diminuiu um mês em 2023, apesar de manter valores próximos dos observados nos últimos anos. Em geral, o BdP reconheceu manter-se a escassez de oferta face à procura, contribuindo para o aumento dos preços e a redução do número de transações.

O BdP acrescentou que a participação no mercado imobiliário residencial de compradores com residência fiscal fora do território nacional (não residentes) aumentou no 1.º semestre de 2023 (+2 pp) face a igual período de 2022, para 12,7% do montante de transações. Já o valor transacionado por não residentes reduziu-se 5% (-17% para o total) e o número de transações diminuiu 6% (-23% para o total). Contudo, o BdP reconhece que a informação relativa às aquisições por não residentes tende a subestimar a relevância dos estrangeiros para o mercado imobiliário residencial, uma vez que muitos passam a ter o estatuto de residentes em Portugal (residência fiscal no caso dos particulares).

A localização geográfica de Portugal e as condições de segurança e estabilidade que têm tornado Portugal num destino desejável continuam a suportar a procura por parte de não residentes e estrangeiros residentes. Nos últimos 10 anos, o aumento da participação de compradores não residentes caracterizou o mercado imobiliário residencial em Portugal. Dada a restrição de oferta de habitação, o impacto do ligeiro aumento da população residente nos últimos anos foi reforçado por este fator.

De notar também que a oferta de habitação se tem mantido incapaz de responder à procura. Segundo dados do INE, no 3.º trimestre de 2023 foram licenciados menos 9,7% edifícios que no mesmo trimestre do ano anterior (-9,3% no 2.º trimestre de 2023) e mais 11,4% do que no 3.º trimestre de 2019. Às dificuldades de licenciamento acrescem as perturbações das cadeias de



abastecimento de materiais, a falta de mão-de-obra e o aumento do custo dos fatores produtivos. A relevância das taxas de juro enquanto obstáculo à atividade da construção aumentou. O crescimento dos custos de financiamento tenderá a limitar as atividades de construção de edifícios novos e de reabilitação de usados, sendo que o ligeiro aumento da restritividade nos critérios de concessão de crédito à construção pode dar algum contributo para esta dinâmica. Acresce que a percentagem de empresas que aponta a dificuldade em obter crédito como um obstáculo à atividade continuou contida em setembro de 2023, não tendo sido observada, até ao momento, uma queda significativa do crédito ao setor da construção.

Segundo a análise do BdP, a oferta limitada de habitação nova e a inexistência de um *stock* acumulado de casas disponíveis mitiga o impacto sobre os preços em caso de redução da procura. A economia está agora menos dependente do setor da construção (o peso do VAB da construção no total do VAB da economia desceu de 9,2%, no 3.º trimestre de 2001, para 4,3%, no 4.º trimestre de 2023, quando medido a preços constantes e sem impostos) e a exposição do setor bancário ao setor da construção é menor (os empréstimos à construção representavam 8% do total concedido a Sociedades Não Financeiras (SNF), em agosto de 2023, face a 23% em dezembro de 2009). Os custos de construção mantiveram-se elevados, embora desacelerando nos últimos meses. Refletindo o tempo de construção/reabilitação dos imóveis, o impacto do aumento dos custos de construção nos preços de venda dos imóveis tende a ser desfasado, pelo que estes podem continuar a refletir-se no preço dos imóveis transacionados e, em particular, dos edifícios novos.

A evolução no mercado de arrendamento tem acompanhado os desenvolvimentos dos preços de transação de imóveis residenciais. As rendas mais elevadas registaram-se em Lisboa, Porto, AML, Algarve e Área Metropolitana do Porto (AMP), que também apresentaram crescimentos homólogos superiores ao do total do país. Segundo dados do INE, o valor mediano das rendas manteve-se em crescimento no 3.º trimestre de 2023, embora em ligeira desaceleração (+10,5% face ao período homólogo; +11,0% no 2.º trimestre), mas com o número de novos contratos a exibir uma queda face ao período homólogo (-2,0% no 3.º trimestre de 2023; -1,2% no 2.º trimestre de 2023), representando a 3.ª queda nos últimos quatro trimestres (-3,3% no 4.º trimestre de 2022) e as únicas desde o 1.º trimestre de 2021 (-4,1%), então refletindo a pandemia. Em 2022, o valor mediano das rendas e o número de novos contratos de arrendamento mantiveram a tendência de aumento, crescendo 8,4% e 6,0%, respetivamente (+9,4% e +7,7%, em 2021). O BdP tem considerado que o recurso ao mercado de arrendamento poderá diminuir a pressão da procura de imóveis, moderando a dinâmica de crescimento dos preços, reconhecendo que os preços dos imóveis residenciais têm vindo a contribuir para o aumento do valor das rendas.

De acordo com o Inquérito aos promotores e mediadores que operam no mercado imobiliário residencial, o *Portuguese Housing Market Survey*, publicado pela Confidencial Imobiliário, é esperado que o mercado de arrendamento se mantenha resiliente, prevendo-se um aumento das rendas a curto prazo, refletindo o crescimento da procura, juntamente com uma oferta restrita.



Relativamente ao mercado imobiliário comercial, de referir que o Índice de Preços das Propriedades Comerciais do INE (IPPC) aumentou 4,2% em 2022 (ainda não estão disponíveis dados referentes a 2023), 0,9 p.p. abaixo do crescimento observado em 2021. Tal como tem vindo a suceder desde 2016, os preços dos imóveis comerciais cresceram a um ritmo inferior ao observado no mercado habitacional (12,6% em 2022). Em 2022, os preços das propriedades comerciais mantiveram a trajetória de crescimento iniciada em 2014. Entretanto, em 2023, e segundo os dados apresentados pelo BdP no REF de novembro, é referido que a generalidade dos segmentos do imobiliário comercial em Portugal praticamente recuperaram as perdas registadas na sequência das crises financeira e da dívida soberana, com exceção do Industrial e logística. Na Zona Euro, com exceção do retalho, o aumento de preços foi mais acentuado e generalizado a todos os segmentos. O BdP considera que o atual enquadramento económico e financeiro, com previsão de abrandamento económico e de manutenção de taxas de juro ainda elevadas, deverá continuar a condicionar a atividade e as expectativas neste mercado. A incerteza tem levado ao adiamento de decisões de investimento. Ainda assim, a posterior conclusão de transações adiadas durante a fase de maior incerteza poderá vir a traduzir-se em alguma correção de preços, com potencial heterogeneidade entre segmentos de mercado. Adicionalmente, à medida que a trajetória futura das taxas de juro se torna mais clara, a incerteza poderá reduzir-se, contribuindo para a melhoria de perspetivas para este mercado.

Em síntese, e em termos prospetivos, espera-se uma relativa estabilização dos preços no mercado imobiliário nos próximos meses, designadamente no segmento residencial, não se excluindo a possibilidade de alguma correção. No entanto, a oferta limitada de habitação nova e a inexistência de um *stock* suficiente de casas disponíveis deverão mitigar o impacto de uma eventual redução da procura sobre os preços. Apesar da exposição do sistema bancário português ao mercado imobiliário residencial, o próprio BdP concluiu recentemente que uma desvalorização do colateral dos empréstimos à habitação, decorrente de uma eventual queda dos preços do imobiliário residencial, acabará por ser mitigada pelo facto de a carteira de crédito à habitação apresentar uma percentagem baixa de crédito com rácios *Loan-To-Value* (LTV) elevados. É expectável que o mercado imobiliário em 2024 apresente dois momentos caracterizados por velocidades de recuperação distintas, com o 1.º semestre do ano a dever ser de maior lentidão, devido à prudência imposta pela incerteza e conjuntura económica (que deverão resultar designadamente em critérios de avaliação de risco mais apertados por parte dos bancos), e com o 2.º semestre a dever ser já mais dominado por uma retoma da confiança dos agentes (associado também à redução das taxas de juro e, consequentemente, das prestações dos créditos bancários) e um consequente maior dinamismo do mercado imobiliário.

## Mercados Financeiros

No ano de 2023 assistiu-se à manutenção da tendência de melhoria do sentimento dos mercados que havia sido iniciada no último trimestre de 2022, traduzindo-se num ano de ganhos designadamente para os mercados acionistas, depois da queda registada no ano anterior, motivada, essencialmente, pelo choque da invasão russa da Ucrânia no início desse ano, que



provocou designadamente uma escalada dos preços das *commodities* e implicou, inevitavelmente, uma alteração das perspetivas de crescimento da atividade e dos preços na generalidade das economias, assim como um forte aperto da política monetária. O ano de 2022 acabou por ser o primeiro ano em que, pela primeira vez nas últimas duas décadas, se observou um comportamento desfavorável dos principais mercados de ações e obrigações em simultâneo.

Com exceção das bolsas chinesas, as principais bolsas mundiais conseguiram recuperar em 2023, batendo em alguns casos níveis máximos históricos, designadamente as bolsas norte-americanas. Em todo o caso, os preços das ações foram fluando bastante ao longo do ano, influenciados por fatores como a crise em vários bancos regionais dos EUA e a queda do Credit Suisse no 1.º trimestre, a continuação – e até reforço, a partir do início do conflito no Médio Oriente em outubro – da instabilidade geopolítica, a inteligência artificial, os dados e as expectativas para a inflação, os elevados níveis das taxas de juro globais, os receios sobre os criptoativos, a transição energética ou os eventos climáticos extremos.

Grande parte do ano de 2023 ocorreu num contexto de persistência da elevada inflação, principalmente nas economias desenvolvidas, que motivou a continuação do aperto monetário por parte dos bancos centrais na Europa e nos EUA, para níveis máximos desde o ano 2000 nos EUA e da história do Euro, superando as expectativas iniciais dos mercados, o que conduziu a uma subida significativa das taxas de juro de mercado a nível global e acabou por pressionar todos os ativos de risco, em especial as ações. Efetivamente, as *yields* dos *treasuries* americanos a 10 anos chegaram mesmo, no final de outubro, a ultrapassar os 5% (máximos desde 2007).

No entanto, nos últimos meses de 2023 observou-se um arrefecimento da inflação, provocado, numa fase inicial, pela redução dos preços de energia (destaque-se a forte redução dos preços do gás natural na Europa), mas também, posteriormente, pelo arrefecimento da atividade económica, devido ao aperto da política monetária. Esse novo contexto levou os ativos de risco a voltarem a ganhar atratividade, proporcionando o chamado *rally* nas ações globais, que foi liderado pelo setor tecnológico.

Mas, no computo geral, a forte valorização do mercado acionista em 2023 acaba por estar associada à resiliência da atividade económica acima do esperado, particularmente nos EUA, onde a recessão foi evitada e, em vez de a economia abrandar, de acordo com as expectativas de mercado, acelerou, crescendo cerca de 2 p.p. acima das referidas expectativas (e contribuindo, assim, para o melhor desempenho das bolsas norte-americanas).

Os principais índices de ações dos EUA registaram fortes subidas em 2023, com o *S&P 500* a avançar 24,2%, recuperando totalmente da queda de 19,4% observada em 2022, encerrando o ano apenas 0,6% abaixo dos máximos históricos registados no dia 3 de janeiro de 2022. O *Nasdaq* exibiu uma subida ainda superior (+43,4%), beneficiando do referido forte comportamento do setor tecnológico e sendo suportado designadamente pelo *rally* nas cotadas da inteligência artificial, terminando o ano 6,5% abaixo dos máximos históricos registados no dia 4 de janeiro de 2022, ao passo que o *Dow Jones* valorizou 13,7%, tendo batido níveis máximos



históricos no final do ano (dia 28 de dezembro). Na Europa, o *Eurostoxx 50* subiu 19,2% – com destaque, em termos setoriais, para as valorizações observadas no retalho (+34,4%), na tecnologia (+31,7%), na construção (+30,6%) e nos serviços financeiros (+26,8%) –, com o índice português PSI a valorizar 11,7%. O comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias [a maior subida coube ao italiano *FTSE MIB* (+28,0%) e a menor ao britânico *FTSE 100* (+3,8%), este último particularmente prejudicado pela elevada inflação britânica e pela necessidade de mais subidas de taxas por parte do Banco de Inglaterra]. O índice *MSCI* global valorizou 20,1% em 2023 (-19,8% em 2022), fechando o ano em níveis máximos desde janeiro de 2022 e apenas 4,2% abaixo dos níveis máximos históricos registados em meados de novembro de 2021.

As *yields* da dívida pública de referência descenderam nas principais economias, refletindo as expectativas de inversão das políticas monetárias restritivas que se foram intensificando nos últimos meses do ano. Na Alemanha, as *yields* a 2 anos descenderam 36 p.b., para 2,404% e 55 p.b. nos 10 anos, para 2,024%, neste último caso afastando-se dos 2.968% da sessão de dia 3 de outubro, quando fechou num máximo desde julho de 2011, mas permanecendo bem acima dos níveis mínimos históricos (-0.856%) registados em 09/03/2020. Nos EUA, as *yields* a 2 anos descenderam 18 p.b. para 4,250%, tendo estabilizado nos 10 anos, em 3,879%, mas, neste último caso, depois de terem chegado, no final de outubro, a ultrapassar os 5% (máximos desde 2007), continuando bem acima dos mínimos da série iniciada em 1979 registados em 04/08/2021 (0,507%).

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, fechando o ano em níveis mínimos desde o início de 2022 (o índice *Itraxx Cross-Over* desceu 172 p.b. para os 310 p.b., o *Itraxx Financials* 32 p.b., para 68 p.b., e o *Itrax* 31 p.b., para 58 p.b.). Também se observou um desagravamento nos *spreads* das *yields* da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro, com a Grécia a destacar-se pela positiva (-102 p.b., para um *spread* de 104 p.b.), seguida de Itália (-47 p.b., para 168 p.b.) e de Portugal (-38 p.b., para 63 p.b.), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha (-12 p.b., para 97 p.b.), num contexto de melhoria dos *ratings* atribuídos pelas principais agências de notação financeira para Portugal (em setembro a Fitch subiu o *rating* de BBB+ para A- e em novembro a Moody's de Baa2 para A3, a melhor notação desde 2011) e para a Grécia (em setembro a Moody's subiu de Ba3 para Ba1, em outubro a S&P de BB+ para BBB- e em dezembro a Fitch de BB+ para BBB-).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, no ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE, as taxas *Euribor* apresentaram marcadas subidas em 2023 (+178 p.b. nos 3 meses, +117 p.b. nos 6 meses e +22 p.b. nos 12 meses, estas últimas começando a corrigir nos últimos meses do ano, refletindo as expectativas de inversão do ciclo da política monetária em meados de 2024), depois de já terem observado em 2022 os maiores aumentos num ano desde o início das séries históricas em 1999 (+270 p.b. nos 3 meses, +324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses) e após terem fechado



2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro de 2021). As taxas Euribor fecharam o ano de 2023 em 3,909% nos 3 meses, 3,861% nos 6 meses e 3,513% nos 12 meses, mas depois de terem tocado em níveis máximos desde novembro de 2008 nos últimos meses do ano – nos 3 meses, em meados de novembro (4,002%), nos 6 meses, no início de outubro (4,138%), e, nos 12 meses, no final de setembro (4,228%).

Já os índices gerais de *commodities* registaram descidas, com o índice composto *CRB Index* a recuar 5,0% e o *GSCI* 12,2% (depois das fortes subidas de 19,5% e 8,7% observadas em 2022), este último sendo penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior queda, de 14,8%), num contexto de descidas dos preços do *brent* e do *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 10,3% e 10,7% (os preços do gás na Europa caíram 56,8% face ao fecho de 2022, após terem subido 13,0% em 2022 e 243% em 2021, tendo fechado o ano num nível já 89,7% abaixo do máximo histórico de final de agosto de 2022), das agrícolas (-17,8%) e dos metais de base (-6,3%), sendo, no entanto, suportado pelo gado (+1,4%) e pelos metais preciosos (+12,1%).

## Sistema Financeiro

O sistema bancário português foi impactado pelos acontecimentos macroeconómicos e geoestratégicos referidos nos capítulos anteriores, assim como pelas decisões de política monetária do Banco Central Europeu (BCE), com o propósito de reduzir a taxa da inflação (as taxas de referência subiram em 6 momentos no ano de 2023, num total de +2 p.p.).

A entrada num ciclo de aperto da política monetária na Zona Euro foi acompanhada da subida das taxas Euribor, habitualmente consideradas como indexantes na definição das taxas de juro dos principais tipos de crédito. Consequentemente, observou-se um aumento dos juros cobrados, o que, aliado ao maior desfasamento na transmissão das decisões do BCE às taxas de juro dos depósitos, permitiu uma subida significativa da margem financeira, que acentuou o aumento da rentabilidade.

Assim, depois da significativa melhoria da rentabilidade dos bancos verificada em 2022, com a rentabilidade dos capitais próprios (*return on equity*, ROE), de acordo com o Banco de Portugal, a subir de 5,4% para 8,7%, observou-se em 2003 (até setembro) uma subida bastante mais significativa desse rácio para 14,6%, um valor que supera os níveis médios dos observados entre 2000 e 2007 (13,8%), período imediatamente anterior à crise do *subprime*.

Para o aumento da rentabilidade do setor bancário foi essencial o excecional crescimento da margem de intermediação financeira que atingiu 2,7% em setembro de 2023, quase o dobro da média entre 2014 e 2022 (1,5%). A melhoria da margem de intermediação financeira contribuiu ainda para o prolongamento da tendência decrescente do *cost-to-income*, que em setembro de 2023 se situava em 37,2% (valor que compara com os 57,6% referentes à média calculada trimestralmente entre setembro de 2014 e dezembro de 2022).



Relativamente aos níveis de capital, em linha com os bancos da Zona Euro, o rácio CET1 do sistema bancário português aumentou significativamente em 2023 (até setembro), mais do que recuperando a diminuição homóloga verificada em Portugal em 2022, atingindo 16,4% (face a 15,4% em dezembro de 2022 e 15,5% em dezembro de 2021). O rácio de alavancagem tem-se mantido estável em torno dos 7% (7,2% em set-23 e 6,7% em dez-22).

No que respeita à liquidez, apesar do reembolso de 12 mME de operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO) até setembro de 2023, os rácios LCR (*liquidity coverage ratio*) e NSFR (*net stable funding ratio*) mantiveram níveis confortáveis (232,8% e 148%, respetivamente), próximos dos valores registados no final de 2022 (229,3% e 147%, pela mesma ordem) – os valores referentes ao NSFR têm como fonte a Autoridade Bancaria Europeia.

Relativamente aos depósitos, durante o primeiro semestre observou-se um acréscimo do investimento em outros instrumentos de captação de aforro (especialmente os Certificados de Aforro), tendo o saldo do segmento de particulares diminuído 4,1% nesse período (-7,5 mME). Com a descida da taxa de remuneração dos certificados de aforro e a oferta de taxas de juro mais competitivas pelos bancos (a taxa média dos depósitos a prazo de particulares, com prazo de 1 ano, subiu de 0,9% no primeiro semestre de 2023 para 2,5% no segundo), os depósitos de particulares recuperaram no segundo semestre, observando-se uma diminuição anual de 1,5% (-2,7 mME).

No segmento de empresas, a variação do saldo de depósitos em 2023 foi de -4,6% (-3 mME), o que poderá ter resultado do aumento do custo do crédito e da maior utilização de recursos próprios para o financiamento da atividade, tendo o rácio médio de Autonomia Financeira das empresas em 2023 aumentado (em setembro) para 43,2%, face a 40,1% no final de 2022.

A recomposição da estrutura dos depósitos das empresas foi também significativa, com os depósitos a prazo a passarem a representar cerca de 34% do total dos depósitos das empresas, +14 p.p. do que em dezembro do ano anterior, com uma remuneração média de 2,8%, face a 0,6% no final de 2022.

Com a subida das taxas de juro, os reembolsos aumentaram e a procura por crédito contraiu-se. Assim, em 2023, a variação do saldo do crédito concedido a particulares foi de -1,4 mME (-1,1%), com a contração no Crédito à Habitação (-1,4 mME; -1,4%) a representar toda dessa variação. Em sentido inverso, nesse mesmo período o Crédito ao Consumo subiu 0,5 mME (2,2%). As amortizações antecipadas (parciais e totais) deram um forte contributo para a variação negativa do saldo de Crédito à Habitação (em 2023, 10,7 mME de Crédito à Habitação foram amortizados antecipadamente, quando no ano de 2022 esse valor atingiu os 6,4mME).

Dos 20,1mME de novo Crédito à Habitação contratado em 2023 (16,2 mME em 2022), 37% são referentes a contratos com renegociação de condições (10% em 2022). Assim, apesar de insuficiente para compensar as amortizações (as temporalmente pré-definidas e as antecipadas), o incremento do saldo de Crédito à Habitação dado pelos novos contratos sem renegociação de condições foi de 12,6 mME (14,5 mME em 2022).



As taxas médias aplicadas aos novos contratos de Crédito à Habitação aumentaram em 2023, em especial nos contratos a taxa variável, de 1,6% para 4,3%, enquanto nos contratos a taxa fixa a subida foi de 3,3% para 4,2%. A taxa de juro do stock de Crédito à Habitação aumentou de 2,3% em dezembro de 2022 para 4,8% em dezembro de 2023.

A subida das taxas de juro contribuiu para a diminuição do peso da taxa de juro variável nas novas contratações de Crédito à Habitação (em dezembro de 2023 o peso desta modalidade no total era de 24,3%, quando a média em 2022 se situava nos 83,9%) e o consequente aumento das contratações a taxa fixa ou mista (o peso conjunto destas duas modalidades em dezembro foi de 75,7%, quando em 2022 representava em média 16,1%).

No segmento das empresas não financeiras, o saldo de crédito contraiu 1,9 mM€ em 2023 (-2,6% face ao dezembro anterior), tendo o montante de novos empréstimos concedidos diminuído 0,1 mM€ face a 2022 (-0,4%), atingindo os 22,0 mM€, com a taxa de juro média a subir de 4,5% em dezembro de 2022 para 5,8% em dezembro de 2023.

Os setores do "comércio, restauração e hotelaria" continuam a captar a maior parcela de financiamento concedido a empresas não financeiras (com 28% do saldo total, embora o seu saldo apresente uma diminuição de 592M€ em 2023). Já o saldo de crédito concedido à Indústria continuou a decrescer fortemente (-1,5 mM€ desde dez-22; -10%), levando a uma descida do seu peso relativo de 20,7% em dezembro de 2022 para 19,2% em dezembro de 2023. Por dimensão, apenas o crédito às microempresas é que continuou a aumentar (tvh de +3,7%), observando-se taxas de variação homóloga negativas nas pequenas, médias e grandes empresas (-3,3%, -5,8% e -1,9%, respetivamente).

O rácio de transformação (crédito líquido a clientes sobre os depósitos de clientes) aumentou ligeiramente em 2023, para 79,1%, em setembro, após ter atingido em dezembro de 2022 o valor mais baixo dos últimos 25 anos (78,2%).

Depois de um ligeiro incremento até junho (+0,1 p.p. face a dezembro anterior), o rácio de empréstimos não produtivos manteve em 2023 (até setembro) a trajetória de descida iniciada em junho de 2016 (quando atingiu um pico de 17,9%), atingindo 2,9% (-0,1 p.p. do que em dezembro de 2022), um mínimo desde 2014, tendo o stock de imparidades para cobertura de NPL aumentado 0,8 p.p. face ao registado em 2022, para 56,3%. O crédito a particulares continuou a evidenciar os menores níveis de sinistralidade (rácio de NPL de 2,3% em setembro de 2023, com o contributo do rácio de NPL do crédito à habitação nos 1,2%), enquanto o rácio de NPL do crédito a sociedades não financeiras diminuiu de 6,5% em dezembro de 2022, para 5,9% em setembro de 2023 (recorrendo à Autoridade Bancária Europeia, apurou-se ainda que o crédito imobiliário comercial atingiu um rácio de 11%, -1 p.p. face a dezembro anterior e a verificar o valor mais baixo desde março de 2019, quando atingiu 26%).

Já o custo do risco no sistema bancário português subiu de 0,3% em dezembro de 2022 para 0,5% em setembro de 2023, assente sobretudo no reforço de imparidades para crédito, após uma trajetória inversa iniciada em junho de 2020 e que permitiu atingir um mínimo de 0,2% em jun-22 e set-22. Deste modo, o custo do risco em Portugal passou a estar acima da média do



EEE (estável em 0,4% em set-23), depois de se ter mantido num patamar inferior entre jun-21 e mar-23. Esta evolução de perceção de risco foi igualmente acompanhada pela evolução, embora marginal, do peso dos créditos classificados em *stage 2*, que passou de 10,3% em dezembro de 2022 para 10,6% em setembro de 2023.

Releva-se ainda as medidas de apoio às famílias que foram lançadas pelo Governo português no decurso de 2023, com especial enfoque para a medida de fixação temporária da prestação de contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente (DL91/2023) que veio reforçar as medidas e os apoios extraordinários no âmbito dos créditos à habitação.

### Principais Riscos e Incertezas para 2024

A economia global deverá desacelerar em 2024, o que tenderá a suportar uma descida da inflação, permitindo às principais autoridades monetárias mundiais iniciar o ciclo descendente das taxas de juro, em especial durante a 2.ª metade do ano. Apesar de num contexto de crescimento económico relativamente reduzido, designadamente na Zona Euro, este cenário é consistente com a perspetiva de uma “aterragem suave” das economias, com a inflação a ser controlada sem um grande impacto desfavorável na atividade e no mercado laboral.

Contudo, este cenário relativamente benigno para a economia global está sujeito a diversos riscos e incertezas, vendo-se com grande probabilidade a manutenção em 2024 da instabilidade geopolítica que caracterizou o ano passado, com os conflitos militares em curso (Rússia/Ucrânia e Médio Oriente) a não deverem ser de rápida resolução, a que acresce os vários focos de instabilidade que têm surgido, como foi o recente caso dos ataques a embarcações no Mar Vermelho no lémen, com impacto no comércio internacional.

Na verdade, os riscos geopolíticos à entrada de 2024 permanecem elevados, destacando-se, designadamente, a possibilidade de a guerra entre Israel e o Hamas se transformar num conflito mais alargado no Médio Oriente. Este cenário poderia envolver uma guerra mais aberta entre Israel e o Hezbollah a partir da fronteira com o Líbano, levando a um maior envolvimento do Irão. Outro risco tem a ver com a possibilidade de intensificação do conflito entre os rebeldes *Houthis* do lémen e forças ocidentais, em especial dos EUA e do Reino Unido, que têm defendido as embarcações e atacado posições desses rebeldes. Para evitarem os ataques, muitos navios têm-se visto forçados a recorrer a rotas marítimas alternativas (designadamente contornando o continente africano), aumentando, significativamente, o tempo e os custos das viagens, o que, para a economia global, representa uma perturbação das cadeias de abastecimento e um aumento dos custos de produção.

De referir também o risco de um maior envolvimento do Irão, não de forma direta, mas através de grupos de rebeldes alinhados com os seus interesses – como são exemplo os *Houthis* no Mar Vermelho –, poder originar mais perturbações no transporte de petróleo e gás através do Estreito de Ormuz, pressionando em alta, uma vez mais, os custos de produção. Outros fatores políticos e geopolíticos que introduzem incerteza e riscos sobre o contexto económico global incluem



designadamente, as tensões entre os EUA e a China – tanto em termos de supremacia tecnológica (com impactos no comércio e investimento globais), como em torno da questão de Taiwan –, bem como as eleições Presidenciais dos EUA e para o Parlamento Europeu, ambas a acontecerem neste ano de 2024. Também um abrandamento superior ao esperado da economia chinesa constitui um risco descendente para a economia mundial, nomeadamente, uma correção superior à esperada do setor imobiliário.

Ao nível nacional, a economia deverá ver-se também condicionada pelos riscos acima identificados sobre a economia global, sendo que, segundo a análise do Banco de Portugal (BdP) no seu Boletim Económico de dezembro, aquando da última atualização das perspetivas para a economia portuguesa, os riscos em torno das projeções para a atividade económica apresentam-se maioritariamente em baixa, sendo o balanço mais equilibrado para a inflação. Assim, segundo o BdP, o crescimento da atividade poderá ser inferior ao antecipado caso se materializem os riscos identificados de origem externa: i) um agravamento das tensões geopolíticas, com impacto sobre os preços das matérias-primas e a confiança; ii) uma recuperação mais lenta do comércio mundial, num quadro de riscos de fragmentação geoeconómica ou de abrandamento da economia chinesa; iii) um impacto superior ao esperado do aperto das condições financeiras; iv) uma maior persistência da inflação, traduzindo-se em taxas de juro elevadas por um período mais prolongado. Já os riscos de origem interna estão associados a um cenário de incerteza na condução da política económica – designadamente no contexto da realização de eleições legislativas (10 de março) – e a eventuais atrasos na execução dos fundos europeus. No caso da inflação, os riscos em alta associados a perturbações nos mercados energéticos são compensados pelos riscos em baixa para o crescimento económico, com impacto negativo sobre os preços. De notar que a ainda elevada restritividade da política monetária, as pressões inflacionistas ainda presentes, o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e também o fim dos programas de moratórias, continuarão a ser desafios particularmente relevantes em 2024, uma vez que concorrem para a deterioração da situação financeira das famílias e empresas, potenciando o avolumar de insolvências em alguns setores de atividade.

De igual forma, o crescente e cada vez mais exigente contexto regulatório das atividades de gestão de ativos e de gestão de carteiras se apresenta desafiador, na medida em que pode potenciar o risco operacional, designadamente em termos do cumprimento tempestivo de todo o quadro legislativo e regulamentar. Neste contexto, apresenta-se na secção seguinte as principais alterações ocorridas e/ou com impacto no ano de 2023 e seguintes.

### Enquadramento regulamentar

Ao nível do contexto legal e regulamentar, identificam-se abaixo as principais iniciativas:

- *Circular da CMVM Relativa À Avaliação do Caráter Adequado do Serviço*, de 4 de janeiro de 2023, sobre a relevância no âmbito da prestação de serviços de investimento, de se observarem procedimentos necessários à atualização periódica de avaliação do conhecimento e adequação dos investidores aos investimentos a realizar;



- *Circular 001/2023 – Gestão de Ativos – Deveres de divulgação em matéria de sustentabilidade na gestão de organismos de investimento coletivo*, da CMVM, de 8 de fevereiro de 2023, por parte das instituições financeiras para que os investidores disponham de toda a informação necessária para poder tomar decisões de forma consciente e esclarecida tendo presente as vantagens e os riscos inerentes;
- *Decreto-Lei n.º 27/2023, de 28 de abril*, que aprova o novo Regime da Gestão de Ativos (RGA), o qual revogou o RGOIC (Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro), antigo regime geral dos organismos de investimento coletivo (OIC), tendo adotado um quadro regulatório comum dos OIC e promovido o alinhamento do direito nacional com o direito da União Europeia;
- *Circular 011/2023 – Intermediação Financeira – Deveres em matéria de sustentabilidade no âmbito da Diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros («DMIF II»)*, da CMVM, de 15 de maio de 2023, relativa à recolha das preferências dos investidores em matéria de sustentabilidade, por forma a integrar essa informação na avaliação da adequação (*suitability*), relativamente aos instrumentos financeiros recomendados ou negociados, no âmbito da prestação dos serviços de consultoria para investimento e de gestão de carteiras;
- Implementação dos regulamentos europeus relativos aos mercados de criptoativos (*MiCA* - Regulamento (UE) 2023/1114 do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de maio de 2023) e à Resiliência Operacional Digital (*DORA* - Regulamento (UE) 2022/2554 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022);
- *Ato Delegado do Ambiente* (Regulamento Delegado (UE) 2023/2486 da Comissão, de 27 de junho de 2023), que estabelece o quadro geral para determinar se uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental, com vista a estabelecer em que grau um investimento é sustentável do ponto de vista da proteção do ambiente;
- *Ato Delegado do Clima* (Regulamento Delegado (UE) 2023/2485, de 27 de junho de 2023), relativo aos objetivos de "mitigação das alterações climáticas" e de "adaptação às alterações climáticas";
- *Circular 013/2023 - Comercialização de unidades de participação de organismos de investimento coletivo*, da CMVM, de 14 de julho de 2023, relativa ao entendimento sobre as condições em que o recurso a angariadores pelas sociedades gestoras não colide com o regime legal da comercialização e da prospeção, esclarecendo as condições e limites a acautelar pelas sociedades gestoras, nomeadamente no que respeita à avaliação da adequação e à informação sobre custos e encargos e sobre o regime específico de informação a prestar aos investidores, aquando da comercialização junto do público de unidades de participação de OIC fechados;
- *Circular 015/2023 - Intermediários financeiros - Deveres em matéria de divulgação de informação ex-post sobre custos e encargos*, da CMVM, de 29 de novembro de 2023, a qual visa o reforço da necessidade de se assegurar o integral cumprimento do quadro regulatório em vigor, designadamente ao nível i) da distinção entre os custos e encargos relativos aos serviços de investimento prestados ao cliente, e os custos e encargos relacionados com a produção e a gestão dos instrumentos financeiros, e ii) da apresentação dessa informação;



- *Circular 017/2023 - Deveres em matéria de divulgação de publicidade*, da CMVM, de 19 de dezembro de 2023, cujo principal propósito é o de assegurar o integral cumprimento do quadro legal em vigor, em matéria de divulgação de publicidade a instrumentos financeiros e a serviços de investimento;
- *Regulamento da CMVM nº 7/2023 (Regulamento do RGA)*, de 29 de dezembro de 2023, o qual veio concentrar num único diploma o quadro regulatório dos OIC;
- *Circular 018/2023 - Deveres em matéria de prestação de informações pré-contratuais sobre rentabilidade, custos e encargos e registo presencial do contacto com o investidor*, da CMVM, de 29 de dezembro de 2023, a qual tem como objetivo o reforço da necessidade de ser prestada informação completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita em matéria de rentabilidade e de custos e encargos associados a ofertas públicas de subscrição de obrigações.



## 1.3. ANÁLISE DA ATIVIDADE

### Montepio Gestão de Activos

A conjuntura económica marcada por níveis elevados de inflação e de taxas de juro de mercado potenciou a atividade dos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, designadamente os de curto prazo e de obrigações, mostrando-se um pouco mais condicionadora em relação ao segmento dos Organismos de Investimento Alternativo. Não obstante, a Montepio Gestão de Activos fechou o ano de 2023 com um crescimento global positivo de 10,4% em termos de ativos sob gestão, sendo de destacar a variação homóloga positiva observada em todos os segmentos de negócio, quando comparados com 2022. O quadro seguinte apresenta a materialidade da atividade desenvolvida.

Ativos sob gestão	MGA 2022	MGA 2023	Δ 2023/22	
			( M€ )	%
OICVM	180,9	300,6	119,7	66,2%
OIA Imobiliário	411,6	451,8	40,2	9,8%
GDC	1 474,2	1 528,6	54,4	3,7%
<b>Total</b>	<b>2 066,7</b>	<b>2 281,0</b>	<b>214,3</b>	<b>10,4%</b>

(valores em Milhões de euros - M€)

No final de 2023, a Sociedade geria 2,281 mM€ de ativos, o que traduz um aumento em termos homólogos de 214,3 M€, decorrente da variação observada em todos os segmentos, com particular destaque para o segmento dos OICVM (+66,2%, face a 2022), tendo o crescimento dos OIA Imobiliário e GDC sido de 9,8% e 3,7%, respetivamente. Em consequência, o comportamento da principal fonte de proveitos da Sociedade – comissões de gestão – mostrou-se muito positivo, nomeadamente nos segmentos dos OICVM e OIA Imobiliário, com se apresenta no quadro seguinte.

Comissões de gestão	MGA 2022	MGA 2023	Δ 2023/22	
			( m€ )	%
OICVM	704,0	944,9	240,9	34,2%
OIA Imobiliário	3 283,0	3 400,6	117,6	3,6%
GDC	1 547,8	1 478,7	-69,1	-4,5%
<b>Total</b>	<b>5 534,8</b>	<b>5 824,2</b>	<b>289,4</b>	<b>5,2%</b>

(valores em milhares de euros - m€)

No que respeita aos resultados da Sociedade em 2023, o Resultado do Período foi de 839,3 m€, traduzindo um aumento de 509,4 m€ em relação a 2022, em consequência (i) do aumento do total de proveitos, sobretudo suportado nos aumentos das comissões de gestão e dos juros e rendimentos similares e ii) da reversão da "Imparidade para outros ativos".



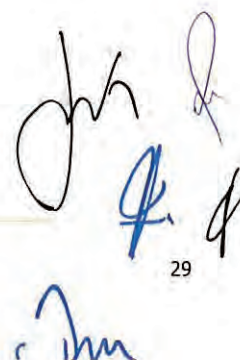
Em termos de Balanço, o Ativo Total Líquido passou de 9,45 M€ em 2022, para 10,23 M€ no final de 2023, o que representa um aumento de 8,2%, enquanto o Passivo Total atingiu 2,53 M€, refletindo um aumento de 385,8 m€ em relação a 2022.

O Capital Próprio da Sociedade atingiu o valor de 7.696.488 € em 31 de dezembro de 2023, constituído por 2.857.155 € de Capital Social, pelo valor de 3.999.985 € de Outras Reservas e Resultados Transitados e pelo Resultado do Período, que ascenderam a 839.348 €. O Capital Próprio aumentou 391,2 m€, traduzindo, essencialmente, o aumento do Resultado Líquido do Período, em 509,4 m€. O quadro abaixo apresenta a síntese com os principais indicadores referidos.

	2022	2023	Δ 2023/22
Ativo Total Líquido	9 451 399	10 228 397	8,2%
Passivo Total	2 146 125	2 531 909	18,0%
Comissões de Gestão	5 534 765	5 824 198	5,2%
Produto Bancário (PB)	5 280 649	5 798 847	9,8%
Resultado Líquido	329 953	839 348	154,4%
Capital Próprio (CP)	7 305 274	7 696 488	5,4%

(valores em euros)

A Montepio Gestão de Activos apresenta uma confortável situação ao nível dos Fundos Próprios, calculados de acordo com o artigo 31º do Regime da Gestão de Ativos (Decreto-Lei n.º 27/2023, de 28 de abril), os quais excedem significativamente os requisitos mínimos legalmente exigidos em 31 de dezembro de 2023.





## Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários (OICVM)

Os ativos sob gestão (AUM) no segmento dos OICVM verificaram um aumento de 119,7 M€ (+66,2%) em relação a 2022, assente, sobretudo, nos Fundos Montepio Tesouraria, Ações EUA e Montepio Obrigações, conforme apresenta o quadro abaixo.

OICVM – AUM	2022	2023	Δ 2023/22	
			( M€ )	%
Montepio Acções Europa - Classe A	17,498	18,609	1,111	6,4%
Montepio Acções Europa - Classe I	0	0	0	---
Montepio Ações EUA - Classe A	1,717	4,336	2,619	153%
Montepio Ações EUA - Classe B	10,325	22,678	12,353	119,6%
Montepio Euro Energy	15,894	16,164	0,269	1,7%
Montepio Euro Financial Services	4,926	5,851	0,925	18,8%
Montepio Euro Healthcare	15,450	14,066	-1,384	-9,0%
Montepio Euro Utilities	9,268	10,156	0,887	9,6%
Montepio Multi Gestão Equilibrada	11,904	11,868	-0,037	-0,3%
Montepio Multi Gestão Dinâmica	9,797	8,943	-0,854	-8,7%
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	4,046	4,103	0,057	1,4%
Montepio Multi Gestão Prudente	17,491	16,186	-1,305	-7,5%
Montepio Obrigações	10,455	21,468	11,013	105,3%
Montepio Taxa Fixa	8,952	7,435	-1,517	-16,9%
Montepio Tesouraria - Classe A	43,194	83,457	40,263	93,2%
Montepio Tesouraria - Classe I *	0	55,318	55,318	---
<b>Total</b>	<b>180,917</b>	<b>300,636</b>	<b>119,720</b>	<b>66,2%</b>

\* Classe constituída em mai/2023

No mesmo sentido, segundo os dados divulgados pela APFIPP, o mercado observou um aumento de 1,5 mM€ (+8,7%), o que resultou no reforço da quota de mercado da Montepio Gestão de Activos neste segmento (+0,55 pp), passando de 1,06% em 2022, para 1,61% em 2023.

	2022		2023		Δ 2023/22	
	AUM	Qm	AUM	Qm	AUM	Qm
<b>MGA - OICVM</b>	180,9	1,06%	300,6	1,61%	119,7	0,55 pp
<b>Total OICVM</b>	17 130,9		18 616,4		1 485,5	

Fonte: APFIPP, dados de dez/2023 - valores dos AUM em Milhões de euros

O «efeito quantidade», dado pelas subscrições líquidas de resgates dos OICVM sob gestão, mostrou-se particularmente relevante na dinâmica referida, sendo responsável pelo aumento de 103,5 M€, complementado pelo contributo do «efeito valorização», observado em todos os OICVM, que verificou um impacto positivo de 16,2 M€, donde se destaca a evolução dos fundos Montepio Tesouraria (constituição de nova classe para clientes institucionais, em maio de 2023), Montepio Obrigações e Montepio Ações EUA, cujo início de atividade ocorreu apenas em novembro de 2022. O quadro seguinte apresenta esta realidade, desagregada por Fundo.

*[Handwritten signatures and initials]*



OICVM	Variação year-to-date (em valor)			Variação year-to-date (em %)		
	Subscrições e Resgates	Valorização	Total	Subscrições e Resgates	Valorização	Total
Montepio Tesouraria - Cl. A	38 835 016	1 428 130	40 263 146	89.9%	3.3%	93.2%
Montepio Tesouraria - Cl. I	55 000 000	317 575	55 317 575	-	-	-
Montepio Obrigações	10 577 429	435 293	11 012 722	101.2%	4.2%	105.3%
Montepio Taxa Fixa	-1 899 749	382 533	-1 517 216	-21.2%	4.3%	-16.9%
Montepio Ações Europa - Cl. A	-1 404 203	2 515 625	1 111 422	-8.0%	14.4%	6.4%
Montepio Euro Utilities	-449 803	1 337 284	887 481	-4.9%	14.4%	9.6%
Montepio Euro Energy	-616 964	886 211	269 247	-3.9%	5.6%	1.7%
Montepio Euro Fin. Services	-185 817	1 110 589	924 773	-3.8%	22.5%	18.8%
Montepio Euro Healthcare	-2 132 874	749 233	-1 383 641	-13.8%	4.8%	-9.0%
Montepio Ações EUA - Cl. A	2 111 869	507 138	2 619 007	123.0%	29.5%	152.5%
Montepio Ações EUA - Cl. B	8 948 130	3 405 016	12 353 146	86.7%	33.0%	119.6%
Multi Gestão Prudente	-2 243 943	938 901	-1 305 042	-12.8%	5.4%	-7.5%
Multi Gestão Equilibrada	-968 108	931 449	-36 659	-8.1%	7.8%	-0.3%
Multi Gestão Dinâmica	-1 945 365	1 091 462	-853 903	-19.9%	11.1%	-8.7%
Multi Gestão Merc. Emergentes	-81 211	138 692	57 481	-2.0%	3.4%	1.4%
<b>Total</b>	<b>103 544 408</b>	<b>16 175 131</b>	<b>119 719 539</b>	<b>57.2%</b>	<b>8.9%</b>	<b>66.2%</b>

Por Tipo de OICVM	Variação year-to-date (em valor)			Variação year-to-date (em %)		
	Subscrições e Resgates	Valorização	Total	Subscrições e Resgates	Valorização	Total
Curto Prazo	93 835 016	1 745 705	95 580 721	217.2%	4.0%	221.3%
Obrigações	8 677 680	817 826	9 495 507	44.7%	4.2%	48.9%
Ações	6 270 339	10 511 096	16 781 435	8.4%	14.0%	22.4%
Multi Activos	-5 238 628	3 100 503	-2 138 124	-12.1%	7.2%	-4.9%
<b>Total</b>	<b>103 544 408</b>	<b>16 175 131</b>	<b>119 719 539</b>	<b>57.2%</b>	<b>8.9%</b>	<b>66.2%</b>

A gestão dos OICVM produziu um aumento dos proveitos da atividade, com o exercício de 2023 a fechar com o total aproximado de 945 m€ de comissões de gestão, o que traduz um aumento aproximado de 241 m€ (+34,2%), sobretudo explicado pelo comportamento do Montepio Ações EUA e Montepio Tesouraria, os quais, em conjunto, representaram cerca de 94,6% do aumento global.

OICVM - comissões de gestão	2022	2023	Δ 2023/22	
			( M€ )	%
Montepio Ações Europa - Classes A e I	103,40	100,71	-2,70	-2,6%
Montepio Ações EUA - Classes A e B *	6,38	147,55	141,17	> 150%
Montepio Euro Energy	63,82	81,95	18,13	28,4%
Montepio Euro Financial Services	23,50	28,19	4,69	19,9%
Montepio Euro Healthcare	75,75	74,24	-1,51	-2,0%
Montepio Euro Utilities	47,61	49,31	1,70	3,6%
Montepio Multi Gestão Equilibrada	62,32	59,99	-2,33	-3,7%
Montepio Multi Gestão Dinâmica	46,72	45,01	-1,71	-3,7%
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	24,23	22,04	-2,19	-9,1%
Montepio Multi Gestão Prudente	61,92	85,67	23,76	38,4%
Montepio Obrigações	26,22	38,64	12,42	47,4%
Montepio Taxa Fixa	36,98	28,93	-8,05	-21,8%
Montepio Tesouraria - Classes A e I	95,94	182,71	86,76	90,4%
Montepio Global **	27,93	0	-27,93	-100%
Montepio Euro Telcos ***	1,24	0	-1,24	-100%
<b>Total</b>	<b>703,96</b>	<b>944,93</b>	<b>240,97</b>	<b>34,2%</b>

\* Classe I constituída em mai/2023

\*\* FIM incorporado por fusão em 2022 no Montepio Multi Gestão Prudente

\*\*\* FIM incorporado por fusão em 2022 no Montepio Ações Europa



Invertendo a tendência observada em 2021 e 2022, o contexto marcado por níveis elevados de inflação e de taxas de juro de mercado, influiu uma procura superior de fundos de curto prazo e de obrigações, com a *performance* destes fundos a refletir o contexto mais favorável de 2023, quando comparado com 2022. Nos fundos de ações, o ano foi sobretudo marcado por um contexto de volatilidade, transversal à generalidade dos segmentos de mercado, tendo-se observado valorizações significativas, sobretudo no final do ano, nos meses de novembro e dezembro. Neste contexto, destacaram-se os Fundos Montepio Ações Europa e os setoriais *Euro Financial Services* e *Euro Utilities*, com rendibilidades acima dos respetivos referenciais, conforme apresenta o quadro abaixo.

OICVM	2022	2023		
	Rendibilidade	Rendibilidade	Risco	Sector *
Montepio Ações Europa - Classe A	-11,57%	14,83%	5	14,49%
Montepio Euro Energy	15,56%	5,68%	5	9,35%
Montepio Euro Financial Services	-0,59%	21,99%	6	9,35%
Montepio Euro Healthcare	-9,60%	4,25%	5	9,35%
Montepio Euro Utilities	-8,99%	14,61%	5	9,35%
Montepio Multi Gestão Equilibrada	-12,83%	8,14%	4	8,67%
Montepio Multi Gestão Dinâmica	-19,08%	12,03%	5	10,33%
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	-23,09%	2,86%	5	10,33%
Montepio Multi Gestão Prudente	-9,09%	5,69%	3	6,89%
Montepio Obrigações	-1,88%	2,65%	1	5,02%
Montepio Taxa Fixa	-12,14%	5,08%	4	3,96%
Montepio Tesouraria - Classe A	-1,29%	2,51%	1	2,38%
Montepio Tesouraria - Classe I	(1)	(1)	(1)	2,38%
Montepio Ações EUA - Classe A	(2)	19,30%	5	23,92%
Montepio Ações EUA - Classe B		20,93%	5	23,92%

\* Critério APFIPP - média ponderada pelas carteiras

(1) Classe criada em mai/2023, pelo que sem histórico

(2) FIM constituído em nov/2022, pelo que sem histórico

Fonte: Dados APFIPP para 31/dez/2023

No que respeita ao número de Participantes, a Montepio Gestão de Activos fechou o ano de 2023 com uma redução global de 980 Participantes (-3,2%) em relação a 2022, destacando-se, em sinal contrário, o comportamento dos fundos Montepio Tesouraria, que observou um aumento de 45 Participantes (+0,4%), Montepio Obrigações, com mais 144 (+9%) e Montepio Ações EUA - Classe A, que verificou um aumento de 188 (+57,3%).



32

F. John

Im



## Organismos de Investimento Alternativo Imobiliário (OIA Imobiliário)

No segmento dos OIA Imobiliário, os AUM observaram uma variação positiva de 40,21 M€ (+9,8%), sobretudo assente no contributo do Valor Prime, que observou um aumento de 24,7 M€, que, complementado pelo aumento de 6,8 M€ (+11,6%) do Fundinvest, mais que compensaram a diminuição verificada no Valor Arrendamento (-4,6 M€), em resultado da redução de capital realizada em junho de 2023.

OIA Imobiliário – AUM	2022	2023	Δ 2023/22 ( M€ ) %	
Valor Prime	315,691	340,437	24,746	7,8%
Imomarvãs	6,388	6,182	-0,206	-3,2%
Portugal Estates Fund	2,406	2,372	-0,034	-1,4%
Polaris	4,244	4,228	-0,017	-0,4%
Valor Arrendamento	8,792	4,179	-4,613	-52,5%
Fundinvest	58,608	65,418	6,810	11,6%
Imourbe	15,445	16,735	1,290	8,4%
<b>Sociedade Investimento Coletivo – AUM</b>				
Santos & Vale – SIC *	-	12,206	12,206	na
<b>Total</b>	<b>411,573</b>	<b>451,756</b>	<b>40,183</b>	<b>9,8%</b>

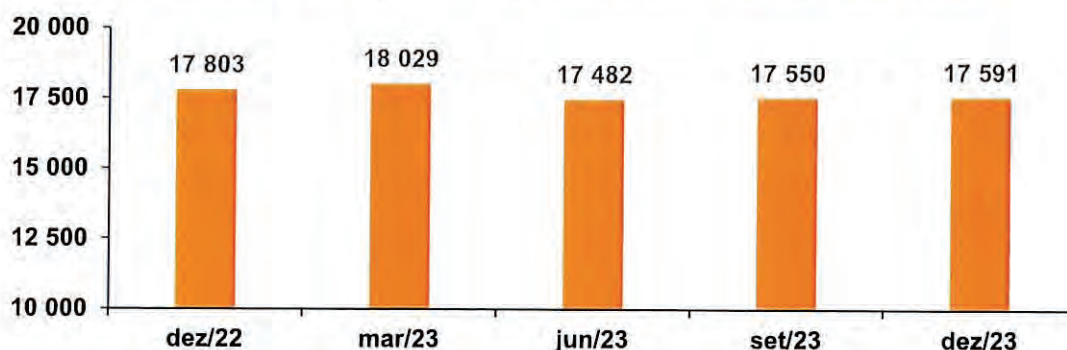
\* SIC gerida pela MGA desde nov/2023

O mercado nacional observou igualmente um crescimento em 2023, fechando o ano com +2,045 mM€ (+18,17%), segundo dados divulgados pela APFIPP, o que resultou na redução da quota de mercado da Montepio Gestão de Activos em 0,26 p.p., passando de 3,66% em 2022, para 3,40% em 2023.

	2022		2023		Δ 2023/22	
	AUM	Qm	AUM	Qm	AUM	Qm
<b>MGA - OIA</b>	411,6	3,66%	451,8	3,40%	40,2	-0,26 pp
<b>Total OIA</b>	11 249,8		13 294,4		2044,6	

No que respeita à dinâmica das «subscrições líquidas de resgates», o OIA Imobiliário aberto de rendimento Valor Prime registou em 2023 um gap positivo de 20,1 M€, tendo observado uma diminuição do número de Participantes de 212 (-1,2%) em relação ao fecho de 2022.

### Número de Participantes - OIA Imobiliário Aberto Valor Prime





Os proveitos gerados pelas comissões de gestão dos OIA Imobiliário atingiram 3,4 M€ no final de 2023, representando um aumento de 117,6 m€ (+3,6%), suportado essencialmente pelo aumento verificado no Valor Prime (+204,29 m€), mais que compensando a redução observada no Valor Arrendamento (-150,31 m€), associada à redução de capital realizada em junho de 2023.

OIA Imobiliário - comissões de gestão	2022	2023	Δ 2023/22	
			( m€ )	%
Valor Prime	2 769,81	2 974,10	204,29	7,4%
Imomavãs	36,00	48,00	12,00	33,3%
Portugal Estates Fund	30,00	30,00	0	0%
Polaris	30,00	30,00	0	0%
Valor Arrendamento	277,17	126,86	-150,31	-54,2%
Fundinvest	85,00	100,00	15	17,6%
Imourbe	55,00	68,82	13,82	25,1%
<b>Sociedade Investimento Coletivo - comissões de gestão</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Δ 2023/22</b>	
			<b>( m€ )</b>	<b>%</b>
Santos & Vale – SIC *	---	22,81	22,81	na
<b>Total</b>	<b>3 282,99</b>	<b>3 400,59</b>	<b>117,60</b>	<b>3,6%</b>

\* SIC gerida pela MGA desde nov/23

Na sequência do observado no ano de 2022, os OIA Imobiliário evidenciaram uma *performance* positiva ao nível da rentabilidade, com o Valor Prime a exibir uma rentabilidade<sup>7</sup> em 2023 (4,08%) superior à de 2022 (3,66%), enquanto os fundos fechados Fundinvest e Imourbe, revelaram rentabilidades significativas, acima dos respetivos referenciais de mercado.

OIA Imobiliário	2022	2023		
	Rentabilidade	Rentabilidade	Risco	Sector *
Valor Prime	3,66%	4,08%	2	3,89%
Imomavãs	-1,60%	-3,22%	3	14,80%
Portugal Estates Fund	-5,67%	-1,40%	nd	14,80%
Polaris	2,26%	-0,40%	nd	14,80%
Valor Arrendamento	-0,53%	-1,39%	2	14,80%
Fundinvest	10,21%	11,62%	3	5,79%
Imourbe	9,38%	11,62%	3	5,79%

\* Critério APFIPP - média ponderada pelas carteiras.

Fonte dos dados: APFIPP para 31/dez/2023, com exceção dos FII Portugal Estates Fund e Polaris, cuja fonte é MGA.

Em virtude da MGA ter iniciado a gestão da Santos & Vale – SIC Imobiliária Fechada, S.A. apenas em novembro de 2023, não existe histórico para apresentar informação sobre rentabilidade.

Relativamente à iniciativa comercial na atividade dos OIA Imobiliários, foi possível concretizar a alienação de 55 imóveis durante o ano de 2023, no valor total de escritura de 7,1 M€, conforme se apresenta no quadro seguinte por OIA Imobiliário, materializando as oportunidades de mercado que aportam valor aos fundos.

<sup>7</sup> Considerando o reinvestimento dos rendimentos distribuídos ao longo do ano.

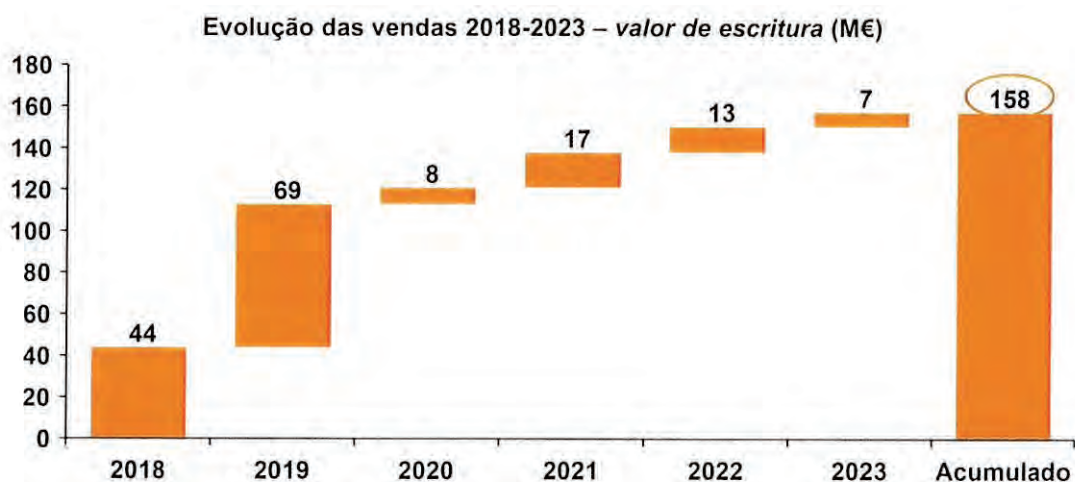


### Vendas de Imóveis – ano de 2023 (valor de escritura)

Mês / 2023	Valor Arrendamento	Portugal Estates Fund	Valor Prime	Total
janeiro	- €	- €	- €	- €
fevereiro	- €	- €	- €	- €
março	224 000 €	8 700 €	- €	232 700 €
abril	60 000 €	16 910 €	- €	76 910 €
maio	3 031 300 €	- €	2 900 000 €	5 931 300 €
junho	115 500 €	22 000 €	- €	137 500 €
julho	- €	76 000 €	- €	76 000 €
agosto	- €	- €	- €	- €
setembro	178 500 €	- €	- €	178 500 €
outubro	356 600 €	- €	- €	356 600 €
novembro	- €	6 000 €	- €	6 000 €
dezembro	60 800 €	- €	- €	60 800 €
<b>Total</b>	<b>4 026 700 €</b>	<b>129 610 €</b>	<b>2 900 000 €</b>	<b>7 056 310 €</b>

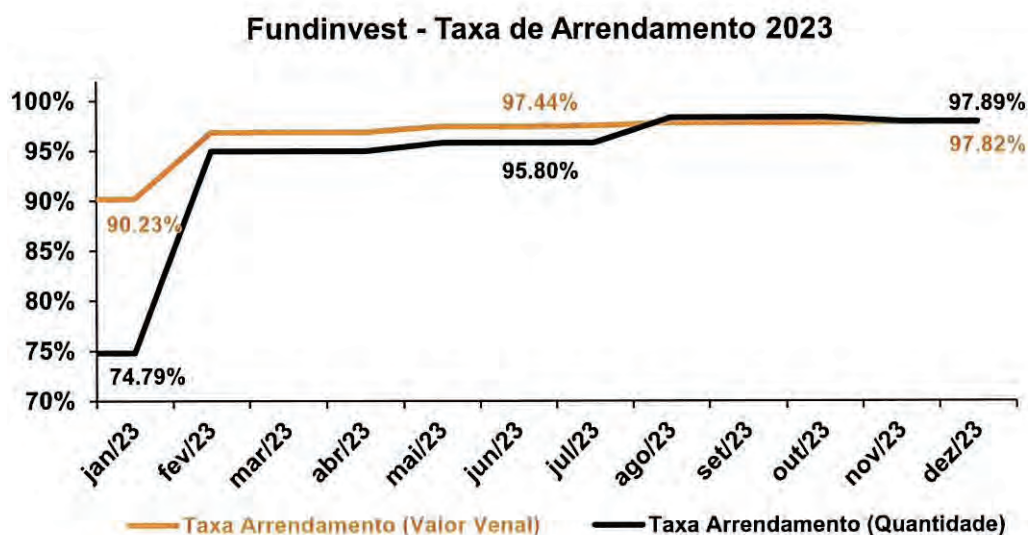
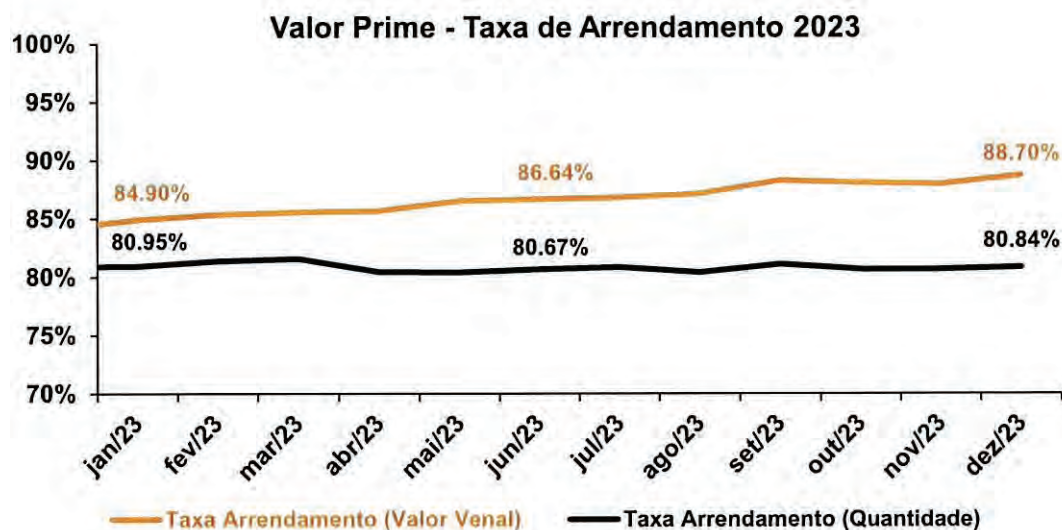
A Montepio Gestão de Activos tem implementado uma política de alienação de ativos “não produtivos”, colocando em mercado os imóveis que considera não apresentarem potencial de geração de rendimentos e/ou que sejam consumidores de custos (de condomínio, obras e outros), e assim penalizadores do valor inerente à sua detenção e exploração, desenvolvendo estratégias customizadas a cada imóvel, e ajustando-as à política de investimentos específica de cada Fundo em particular, procurando maximizar oportunidades de negócio em mercado.

Neste contexto, as vendas de imóveis no último sexénio, no total de 158 M€, são as que se apresentam no gráfico seguinte, com destaque para o ano de 2019, na sequência da realização de uma operação de venda de imóveis “*em bloco*”, no total de 36,5 M€, e no ano de 2021, pela alienação da totalidade dos imóveis dos Fundos Montepio Arrendamento e Montepio Arrendamento II, os quais foram, consequentemente, liquidados em 30 de dezembro de 2021.





No que respeita ao vetor arrendamento, principal fonte de geração de proveitos dos fundos, a dinâmica da atividade focou-se na maximização do potencial de geração de rendimentos, em linha com as respetivas políticas de investimento, em particular nas carteiras do Fundo aberto de rendimento Valor Prime e do Fundo fechado Fundinvest, conforme se procura identificar nos gráficos abaixo, destacando-se a manutenção de taxas de arrendamento em termos de valor venal da carteira em níveis significativos.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



## Gestão discricionária de carteiras (GDC)

O segmento da Gestão Discricionária de Carteiras, o de maior peso relativo na Sociedade em termos dos ativos sob gestão (AUM), fechou 2023 com o total de 1,528 mME, verificando um crescimento de 54,4 M€ (+3,7%), conforme apresenta no quadro abaixo, evolução particularmente influenciada pelo impacto da rentabilidade média ponderada *year-to-date*, que se mostrou positiva em 7,87%, um valor muito próximo do *benchmark*, em média ponderada, de 8,13%.

Ativos sob gestão (AUM)	2022	2023	Δ 2023/22 ( M€ ) %	
<b>Gestão Discricionária Carteiras</b>	1 474,188	1 528,580	54,392	3,7%

No que respeita ao *ranking* nacional neste segmento de atividade, a Montepio Gestão de Activos, de acordo com informação da APFIPP relativa a 31 de dezembro de 2023, ocupava a quinta posição, a mesma verificada em 2022, com uma quota de mercado de 6,09%, logo atrás das quatro maiores sociedades gestoras, associadas aos maiores grupos financeiros a atuar em Portugal.

Sociedade Gestora	2022		2023		Δ 2023/22	
	AUM	Qm	AUM	Qm	AUM	Qm
Caixa Gestão de Ativos - SGOIC SA	8 007,9	32,9%	8 386,6	33,41%	378,7	0,49%
Santander Asset Management - SGOIC SA	5 153,1	21,2%	5 427,8	21,62%	274,7	0,44%
BPI Gestão de Ativos - SGOIC SA	3 800,7	15,6%	3 580,7	15,42%	182,5	0,26%
GNB - Gestão de Patrimónios - Empresa de Investimento SA	3 688,9	15,2%	3 871,4	14,27%	220,1	1,36%
<b>Montepio Gestão de Activos - SGOIC SA</b>	<b>1 474,2</b>	<b>6,1%</b>	<b>1 528,58</b>	<b>6,09%</b>	<b>54,39</b>	<b>0,03%</b>
Crédito Agrícola Gest - SGOIC SA	1 348,9	5,5%	1 398,6	5,57%	49,7	0,03%
Bankinter Gestion de Activos SGIIC - Suc Portugal	735,6	3,0%	790,3	3,15%	54,7	0,12%
Optimize Investment Partners - SGOIC SA	73,5	0,3%	85,4	0,34%	11,9	0,04%
Heed Capital SGOIC SA	19,0	0,1%	21,7	0,09%	2,7	0,01%
Haitong Global Asset Management SGOIC SA	-	-	4,7	0,02%	4,7	-
LYNX Asset Managers - SGOIC SA	14,8	0,1%	3,9	0,02%	-10,9	0,05%
<b>Total</b>	<b>24 316,5</b>	<b>100%</b>	<b>25 099,6</b>	<b>100%</b>	<b>783,1</b>	

Fonte: Estatísticas APFIPP para 31/dez/2023

Este segmento de atividade continua significativamente concentrado em Clientes institucionais, nomeadamente Fundos de Pensões e Planos Poupança Reforma, tendo a sua gestão gerado o total de 1.478,68 m€ de comissões de gestão, traduzindo uma redução de 69,1 m€ (-4,5%), assente na variação homóloga negativa da componente variável das comissões, não obstante a componente fixa ter verificado um ligeiro aumento (+0,91 m€), em relação ao fecho de 2022.

Gestão Discricionária Carteiras - comissões de gestão	2022	2023	Δ 2023/22 ( m€ ) %	
Comissões Fixas	1 464,44	1 465,34	0,91	0,1%
Comissões Variáveis	83,38	13,34	-70,04	-84,0%
<b>Total</b>	<b>1 547,82</b>	<b>1 478,68</b>	<b>-69,14</b>	<b>-4,5%</b>



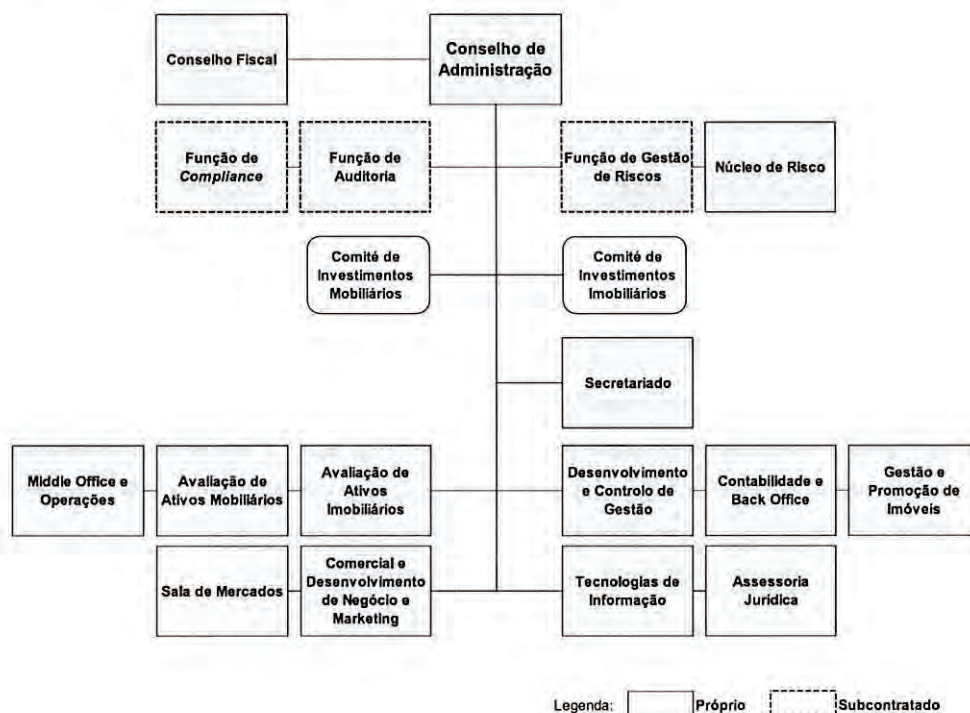
## 1.4. GOVERNAÇÃO E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

### Modelo de governação

O ano de 2023 mostrou-se desafiante para a Montepio Gestão de Activos no quadro do modelo de governação, na medida em que materializou o primeiro exercício económico completo após a fusão com a Montepio Valor – SGOIC, S.A. ao que acresceu a elevada exigência do quadro regulatório, donde sobressai o Regime da Gestão de Ativos (Decreto-Lei n.º 27/2023, de 28 de abril), pela abrangência e impacto na atividade. A consolidação da fusão, no quadro do reforço do alinhamento estratégico com o Grupo, possibilitou otimizar a estrutura de governo da Sociedade, obter sinergias operacionais e uma realocação de recursos mais eficiente, destacando-se, nomeadamente, a redução de custos ao nível dos órgãos sociais.

Neste contexto, e aproveitando as sinergias ao nível do Grupo, foi igualmente possível aumentar os níveis de eficiência e de controlo interno, bem como otimizar a gestão dos riscos, sempre mantendo total autonomia no que respeita à gestão dos ativos sob sua gestão, num contexto de independência técnica e de decisão.

A Montepio Gestão de Activos adotou um modelo de governo clássico, com Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, conforme se apresenta no organograma abaixo.



Compete ao Conselho de Administração da Sociedade a responsabilidade da gestão estratégica e executiva, apoiado por um conjunto de responsáveis de áreas funcionais e orgânicas, que asseguram



a operação corrente. De forma a garantir o rigoroso e integral cumprimento das funções de controlo interno, a Sociedade subcontratou as Funções de Gestão de Riscos, de Auditoria e de *Compliance* ao acionista Montepio Geral Associação Mutualista, destacando-se a revisão do contrato em 2023, nomeadamente pelo reforço dos meios afetos, seguindo as recomendações da CMVM no âmbito da fusão. Releva-se, igualmente, a existência de dois comités de investimento, um para a área dos OICVM, outro para os OIA Imobiliários. A fiscalização da Sociedade, no âmbito do quadro legal e regulamentar aplicável, é da competência do Conselho Fiscal, a quem ainda compete assegurar o cumprimento de todo o contexto de controlo interno e efetuar o acompanhamento de toda a informação financeira relativa à Sociedade.

O sistema de controlo interno, entendido como a conjugação holística de todos os procedimentos relativos à monitorização da estrutura e da atividade da Sociedade e das Funções de Gestão de Riscos, Função de *Compliance* e Função de Auditoria, está estruturado dentro do quadro regulatório e de acordo com as melhores práticas do mercado, funcionando de forma integrada e abrangente, constituindo uma responsabilidade de todos os Colaboradores, sem prejuízo das atribuições específicas de cada uma das Funções referidas.

### Função de Gestão de Riscos (FGR)

A Função de Gestão de Riscos da Montepio Gestão de Activos, atendendo à dimensão e complexidade da sua atividade, está delegada no Gabinete de Gestão de Riscos (GGR) do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), entidade-líder do Grupo Montepio, e compreende a atividade dos Organismos de Investimento Coletivo e das Carteiras sob gestão, quer a da própria Sociedade, enquanto gestora e administradora legal. Assim, o GGR constitui a unidade orgânica de primeira linha de defesa na estrutura organizativa, tendo como principais funções identificar, avaliar e mitigar, numa base contínua, a exposição efetiva ou potencial aos principais riscos, financeiros e não financeiros, e implementar abordagens de gestão e controlo, diferenciadas em função da relevância de cada categoria de risco, salientando-se, neste âmbito, o controlo do cumprimento dos limites relativos à exposição global e ao risco de contraparte, assegurando os procedimentos necessários em caso de eventual incumprimento, em ordem a proteger o interesse dos participantes.

Neste quadro de funcionamento, identificam-se como materialmente relevantes na atividade, as seguintes tipologias de riscos: i) risco de mercado, resumidamente dado pela probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da volatilidade dos retornos dos ativos sob gestão; ii) risco de liquidez, materializado na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade de dispor de fundos líquidos para cumprir com as obrigações financeiras, donde se destaca a realização periódica de *stress tests* de liquidez; iii) o risco operacional, que inclui os riscos de conduta, sistemas de informação e subcontratação, como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados



ou da inoperacionalidade das infraestruturas; iv) risco «de negócio ou de estratégia», determinado pela probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou de alterações do meio envolvente ou a alterações no ambiente de negócios, e ainda do risco com origem na incorporação e agregação dos riscos associados aos próprios fundos e carteiras sob gestão; v) risco de crédito, dado, sumariamente, pela probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da capacidade de um emitente não conseguir assegurar as suas responsabilidades, num contexto de capital e retorno não garantidos; vi) risco imobiliário, habitualmente definido pela probabilidade de impactos que ocorram com origem na variação do valor dos ativos imobiliários, atendendo às características próprias dos mesmos, como tipologia, localização, nível de ocupação e outros.

Em complemento e dando cumprimento ao artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a exposição da Sociedade aos riscos financeiros estão identificados na nota 27 do anexo às demonstrações financeiras.

### Função de Auditoria

À semelhança da FGR, a Função de Auditoria está delegada no Gabinete de Auditoria Interna (GAI) do MGAM, num modelo de articulação idêntico ao da FGR com a Sociedade. O GAI tem como funções principais a supervisão de toda a atividade da Montepio Gestão de Ativos, designadamente no âmbito do cumprimento do quadro legal e regulatório, das políticas e procedimentos de controlo interno e ainda da adequação da capacidade de resposta do próprio modelo de governação às exigências da atividade.

### Função de Compliance

Num quadro de funcionamento idêntico ao das FGR e Função de Auditoria, também a Função de *Compliance* está atribuída e contratualizada no Gabinete de *Compliance* (GC) do MGAM, tendo como objetivo central de atuação o acompanhamento de toda a atividade da Sociedade, com vista a avaliar regularmente a adequação e eficácia das políticas e dos procedimentos internos de deteção de eventuais incumprimentos, mitigando o risco de ocorrência de sanções ou de impactos negativos decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com Clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, com reflexos ao nível do risco reputacional da Instituição e do Grupo onde se encontra inserida a Montepio Gestao de Activos.

### Subcontratação e Prestação de serviços

Tendo como objetivo primário a prestação de um melhor serviço final, a Montepio Gestão de Activos, numa ótica de racionalização de custos e de eficiência operacional, subcontrata um conjunto de serviços, junto do MGAM ou de Associadas do mesmo Grupo Montepio, que aportam valor à operação corrente, na medida em que incorporam *know-how* e qualidade na cadeia de valor do serviço global



prestado pela Sociedade. Integram-se neste contexto os serviços subcontratados das funções de controlo interno referidas e a prestação de serviços de âmbito operacional e de suporte, donde se salienta: i) a gestão de pessoas, nos seus múltiplos domínios como sejam contratação, avaliação de desempenho ou formação, ii) a gestão dos sistemas informáticos e de todo o sistema integrado de proteção contra os riscos de cibersegurança, iii) o fornecimento de dados macroeconómicos e de mercados financeiros, iv) a análise da capacidade financeira de Clientes, v) o apoio extrajudicial e judicial em sede de litígios e ainda vi) assessoria fiscal nos domínios da atividade da Sociedade e dos organismos de investimentos coletivo e carteiras de ativos sob gestão.



## 1.5. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

O número de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos não sofreu alterações em 2023, não obstante a consolidação do processo de fusão levada a cabo, num contexto de atividade marcado por uma exigência acrescida decorrente do contexto regulatório, donde se salienta o novo Regime da Gestão de Ativos, mas igualmente de otimização interna, nomeadamente através da reorganização de tarefas e funções, na procura de ganhos de eficiência através da automatização e digitalização de processos e nas sinergias obtidas ao nível do Grupo.

A Sociedade fechou 2023 com um total de trinta e nove trabalhadores, constituído por 28 trabalhadores do quadro próprio da Sociedade, um dos quais cedido ao Banco Montepio, e 11 trabalhadores cedidos pelo Banco Montepio, formando a sua atual e efetiva capacidade de resposta, a qual se considera ajustada ao contexto da atividade, defendendo como princípio basilar a adoção de práticas conducentes a uma conduta individual responsável e coerente com o quadro legal vigente e com a ética corporativa e empresarial, sem prejuízo de eventuais reforços de meios que eventualmente venham a mostrar-se necessários.

No que respeita ao cada vez mais exigente grau de qualificação dos trabalhadores, em ordem a acompanhar a dinâmica da evolução do conhecimento no setor, e não obstante os desafios em termos de regulação e da procura das melhores práticas, foi possível realizar um conjunto de ações de formação, destacando-se os temas da «*governance*», do «risco/controlo interno» e da temática «ESG/Sustentabilidade», com o agregador «Outros» a incluir temas mais transversais e de contexto de Grupo, como «Segurança e Saúde no Trabalho» e «Economia Social e Mutualismo», e matérias mais específicas, como «*Analyze Financial Data with Python*» e «DMIF II - Perfil de Consultoria para Investimento», dada a importância de que se revestem no contexto atual da atividade. O quadro abaixo apresenta o resumo, por âmbito, do número de ações realizadas e respetivo número de horas, e do número de Colaboradores compreendido.

Tema	N.º ações	N.º horas de formação	N.º Colaboradores abrangidos
BCFT	4	22,0	6
Cibersegurança	10	86,7	42
RGPD	7	34,5	30
Risco / Controlo Interno	10	164,5	21
Governance	1	240,0	1
ESG / Sustentabilidade	6	106,8	7
Outros	60	1 001,5	42
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>1 656,0</b>	<b>42</b>

A par da componente formativa, da maior relevância no desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais dos Colaboradores, o reconhecimento e a promoção do bem-estar são igualmente fatores determinantes na Montepio Gestão de Activos, donde se destaca o modelo de avaliação e gestão do desempenho – Modelo 3D – que contempla uma avaliação integrada em termos de objetivos e competências, com impactos ao nível da progressão das carreiras e da identificação de novos contextos de desenvolvimento.



## 1.6. RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO

O Resultado Líquido do Exercício de 2023 atingiu o valor de 839.348 €.

Tendo em consideração as disposições legais e estatutárias em vigor, nomeadamente o número um do artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais relativo à constituição de reserva legal, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do Resultado Líquido apurado no exercício de 2023, no montante de 839.348,21 €:

- Dividendos: 834.289,26 €;
- Atribuição à Fundação Montepio Geral: 5.000,00 €
- Resultados Transitados: 58,95 €.

De referir que a Sociedade cumpre na totalidade com o mínimo previsto de Reserva Legal.



## 1.7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO E PERSPETIVAS PARA O ANO DE 2024

Após o fecho do exercício, não se verificaram transações e/ou eventos significativos que mereçam relevância de divulgação e/ou que devessem ser registados nas demonstrações financeiras do exercício de 2023.

O ano de 2024 deverá continuar a evidenciar a instabilidade geopolítica que marcou 2023, nomeadamente pelos conflitos militares (Rússia/Ucrânia e Médio Oriente) que aparentam prolongar-se no tempo, sendo ainda de considerar outras perturbações, como os mais recentes incidentes no Mar Vermelho, com repercussões no comércio internacional, nomeadamente afetando as cadeias globais de abastecimento e, por esta via, o aumento dos custos de produção, introduzindo incerteza e riscos sobre o contexto económico global.

Não obstante, o esperado arrefecimento da economia global deverá ajudar no movimento de descida da inflação, o que permitirá iniciar o movimento de descida das taxas de juros pelos bancos centrais, o que se espera venha a materializar-se de forma mais notória no segundo semestre do ano. Relativamente ao contexto nacional, e segundo refere o BdP, no Boletim Económico de dezembro, o crescimento da atividade deverá observar-se condicionado aos riscos globais identificados, ao que acrescem riscos internos, nomeadamente pela incerteza associada à evolução da política económica, no contexto das eleições legislativas agendadas para 10 de março de 2024 e à capacidade efetiva de execução dos fundos europeus. De notar, também, a ainda elevada reestruturabilidade da política monetária, o fim dos apoios públicos às famílias e às empresas e dos programas de moratórias, fatores que se apresentam particularmente desafiantes para o ano de 2024, dado poderem contribuir para a deterioração da situação financeira dos agentes económicos, fazendo aumentar o incumprimento e o nível de insolvências.

Em termos nacionais, a economia deverá igualmente manter-se condicionada pelos riscos sobre a economia global, com perspetivas mais equilibradas para o nível da inflação, e ainda por um conjunto de riscos internos associados ao cenário de incerteza na condução da política económica, sobretudo originada pelo contexto das eleições legislativas agendadas para 10 março de 2024). Ainda de notar a ainda elevada reestruturabilidade da política monetária, o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e o fim dos programas de moratórias, continuarão a ser desafios particularmente relevantes no ano de 2024.

No que respeita à gestão de OICVM, a Sociedade continuará a orientar a sua atuação para a maximização da relação rentabilidade/risco, sempre balizada pelo contexto específico do perfil de risco e Política de Investimento de cada Fundo, expressa em Prospeto. Ainda quanto aos OIA, de notar a continuação em 2024 dos desenvolvimentos necessários para que um conjunto de fundos de possa propor vir a classificar, ao nível da respetiva política de investimentos, como artigo 8.º, no âmbito do denominado "Regulamento SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*), procurando promover características ambientais e/ou sociais, robustecendo o compromisso com a sustentabilidade ao nível do contexto ESG - *Environmental, Social and Corporate Governance*.



Relativamente aos OIA Imobiliário, a Montepio Gestão de Activos continuará, à semelhança dos últimos exercícios económicos, a privilegiar a estratégia da geração de rendimentos por via do arrendamento, sempre complementada pela análise das oportunidades que o mercado eventualmente possa colocar, quer em termos de alienação de ativos entendidos como “*não produtivos*” ou de investimentos que possam aportar valor aos OIC sob gestão em termos de rendimento futuro, e por esta via, aos seus respetivos Participantes, análise aprofundada em sede do Comité de Investimentos Imobiliários, constituído para o efeito.

No que respeita aos fatores de Sustentabilidade neste segmento de negócio, a Montepio Gestão de Activos irá aprofundar as ações iniciadas em 2022, e desenvolvidas em 2023, sobretudo ao nível da redução da denominada «pegada carbónica», intervindo progressivamente no parque imobiliário sob gestão, sempre balizado por critérios de proporcionalidade e de impacto financeiro, incrementando os contratos de abastecimento de energia elétrica de fontes 100% renováveis, promovendo a alteração da iluminação para tecnologia LED, com detetores de movimento no interior e células crepusculares no exterior, instalando tanques de dupla descarga e perlatores economizadores em torneiras das instalações sanitárias comuns, alterando eventual vegetação exterior existente para predominantemente de sequeiro, reduzindo por esta via o consumo de água, ou ainda, a implementação de unidades de produção de autoconsumo com recurso a painéis fotovoltaicos.

É entendimento da Administração da Montepio Gestão de Activos que, não obstante os riscos e desafios identificados e o nível de incerteza na evolução da atividade económica, e consequente, a sua imprevisibilidade quanto a eventuais impactos nos investimentos detidos pelos Organismos sob gestão e nas carteiras de gestão por conta de outrem, que a continuidade da atividade não está colocada em causa.



## 1.8. NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece a dedicação e o desempenho de todos os Colaboradores da Sociedade, que se mostraram determinantes nos resultados alcançados.

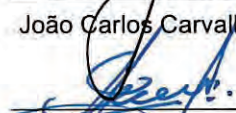
O Conselho de Administração reconhece, de igual forma, o contributo de um conjunto muito significativo de entidades, públicas e privadas, que igualmente contribuíram para o bom desempenho da Montepio Gestão de Activos, de entre as quais se destaca:

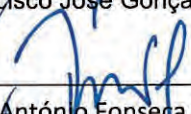
- A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, na qualidade de entidade supervisora;
- O Banco Montepio, na qualidade de entidade comercializadora dos organismos de investimento coletivo geridos;
- A Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), pela sua atuação em defesa do mercado e de apoio à Sociedade;
- Os acionistas pela confiança e apoio dado ao Conselho de Administração, e a cada um dos seus membros, no desenvolvimento da sua atividade;
- Os membros dos Órgãos Sociais, nomeadamente os órgãos responsáveis pela fiscalização da Sociedade;
- Os investidores que tomam a opção de colocar os seus meios financeiros na gestão da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 18 de março de 2024

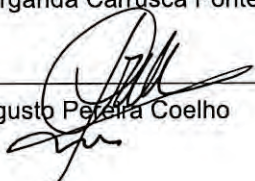
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

  
João Carlos Carvalho das Neves

  
Francisco José Gonçalves Simões

  
José António Fonseca Gonçalves

  
Maria Margarida Carrusca Pontes do Rosário Ribeiro de Andrade

  
Nuno Augusto Pereira Coelho



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'Ch' and several smaller signatures.



MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS - SGOIC, S.A.

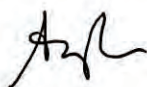
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária : Euro

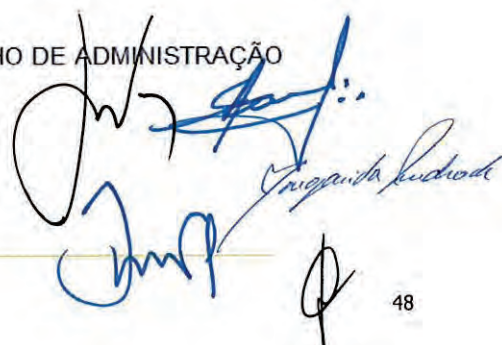
	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	2	111 560	6 523
Juros e encargos similares	2	( 14 923)	( 15 632)
<b>Margem financeira</b>		<b>96 637</b>	<b>( 9 109)</b>
Rendimentos de serviços e comissões	3	5 824 198	5 534 765
Encargos com serviços e comissões	3	( 196 320)	( 199 308)
Resultados de reavaliação cambial		163	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	4	74 169	( 45 699)
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<b>5 798 847</b>	<b>5 280 649</b>
Custos com pessoal	5	2 528 300	2 908 059
Gastos gerais administrativos	6	2 112 061	1 652 096
Depreciações	7	213 323	225 132
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>4 853 684</b>	<b>4 785 287</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>945 163</b>	<b>495 362</b>
Imparidade de outros ativos	8	147 182	245
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 092 345</b>	<b>495 607</b>
Impostos			
Impostos correntes	15	( 280 998)	( 191 917)
Impostos diferidos	15	28 002	26 263
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>839 348</b>	<b>329 953</b>
<b>Resultados básicos e diluídos por ação</b>	21	<b>1,47</b>	<b>0,58</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





**MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS - SGOIC, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

*Unidade Monetária : Euro*


	Notas	2023	2022
Resultado líquido do exercício		839 348	329 953
Outras receitas e despesas não reconhecidas no resultado líquido do exercício			
Desvios atuariais	23	(148 494)	1 056 955
Impacto fiscal	15	29 360	(241 628)
<b>Outro rendimento integral</b>		<b>720 214</b>	<b>1 145 281</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





**MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS - SGOIC, S.A.**

**BALANÇO**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária : Euro

	Notas	31 dez. 2023	31 dez. 2022
<b>Ativo</b>			
Caixa	9	500	474
Disponibilidades em instituições de crédito	10	359 333	3 657 368
Aplicações em instituições de crédito	10	6 828 575	2 605 235
Ativos financeiros pelo custo amortizado	11	1 395	1 421
Outros ativos tangíveis	12	608 412	447 921
Ativos intangíveis	13	28 667	15 477
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	36 746	36 746
Ativos por impostos correntes	15	-	158 686
Ativos por impostos diferidos	15	289 947	261 945
Ativos de contratos com clientes	16	804 212	760 530
Outros ativos	16	1 270 610	1 505 595
<b>Total do Ativo</b>		<b>10 228 397</b>	<b>9 451 398</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos por impostos correntes	15	147 678	-
Passivos por impostos diferidos	15	212 268	241 628
Outros passivos	17	2 171 963	1 904 496
<b>Total do Passivo</b>		<b>2 531 909</b>	<b>2 146 124</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	18	2 857 155	2 857 155
Outras reservas e resultados transitados	19	3 999 985	4 118 166
Resultado líquido do exercício		839 348	329 953
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>7 696 488</b>	<b>7 305 274</b>
		<b>10 228 397</b>	<b>9 451 398</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS - S.G.O.I.C., S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária : Euro

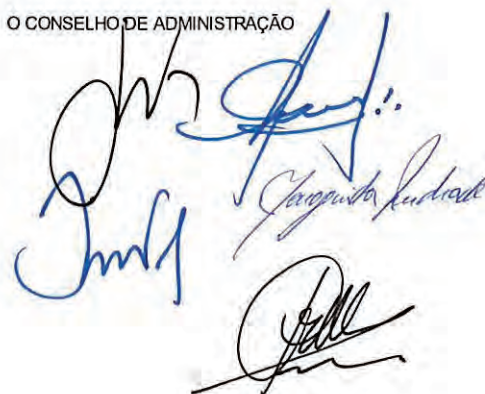
	Notas	Total dos Capitais Próprios	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Reserva de fusão	Resultados acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		3 249 248	1 200 000	1 315 280	190 316	-	543 652
Fusão com a Montepio Valor		4 491 554	1 657 155	1 442 845	4 218	13	1 387 323
Aumento de capital		1 657 155	1 657 155	-	-	-	-
Reforço de reservas legais		1 442 845	-	1 442 845	-	-	-
Incorporação de resultado		966 903	-	-	-	-	966 903
Incorporação de reservas		424 651	-	-	4 218	-	420 433
Reserva de fusão		-	-	-	-	13	( 13)
Resultado líquido do exercício		329 953	-	-	-	-	329 953
Desvios atuariais	23	1 056 955	-	-	-	-	1 056 955
Impostos diferidos associados a desvios atuariais		( 241 628)	-	-	-	-	( 241 628)
Outro rendimento integral do exercício		1 145 280	-	-	-	-	1 145 280
Constituição de reservas		-	-	-	741	-	( 741)
Distribuição de Resultados	20	(1 580 810)	-	-	-	-	(1 580 810)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		7 305 274	2 857 155	2 758 125	195 275	13	1 494 706
Resultado líquido do exercício		839 348	-	-	-	-	839 348
Desvios atuariais	23	( 148 494)	-	-	-	-	( 148 494)
Impostos diferidos associados a desvios atuariais	15	29 360	-	-	-	-	29 360
Outro Rendimento integral do exercício		720 214	-	-	-	-	720 214
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	-
Distribuição de Resultados	20	( 329 000)	-	-	-	-	( 329 000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		7 696 488	2 857 155	2 758 125	195 275	13	1 885 920

O anexo faz parte integrante destas das demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS - SGOIC, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária : Euro

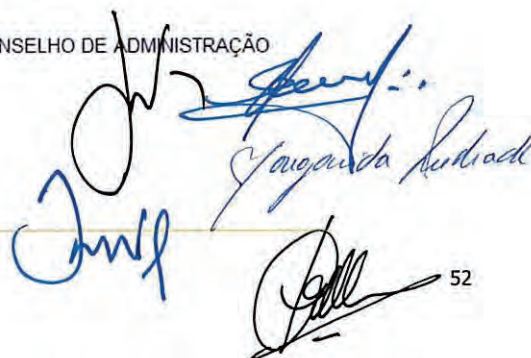
	Notas	2023	2022
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Recebimento de juros e comissões		6 086 052	6 110 928
Pagamento de juros e comissões		( 6 074)	( 1 440)
Despesas com pessoal e fornecedores		(3 159 945)	(2 715 784)
Contribuições para fundos de pensões		( 2 576)	( 122 439)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento		( 749 168)	(1 046 227)
Pagamento de outros impostos e contribuições		( 790 105)	(1 752 576)
Outros pagamentos e recebimentos		387 017	( 87 506)
		1 765 200	384 956
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
		1 765 200	384 956
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>			
Compra de títulos		-	( 642)
Constituição de depósitos a prazo		(7 000 000)	(2 500 000)
Vencimento de depósitos a prazo		2 850 000	2 000 000
Aquisição de imobilizações		( 153 325)	( 52 054)
		(4 303 325)	( 552 696)
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Contratos de locação operacional		( 430 712)	( 206 551)
Recebimento do acionista		-	163 719
Distribuição de resultados		( 329 171)	(1 580 810)
		( 759 883)	(1 623 642)
Varição líquida em caixa e equivalentes		(3 298 008)	(1 791 382)
Posição inicial de caixa e equivalentes		3 657 842	4 477 523
Varição líquida em caixa e equivalentes		(3 298 008)	(1 791 382)
Caixa e equivalentes no fim do exercício		359 833	3 657 842
Caixa e equivalentes no fim do exercício engloba			
Caixa	9	500	474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10	359 333	3 657 368
Total		359 833	3 657 842

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

### Nota introdutória

A Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (adiante designada por “Sociedade” ou “Montepio Gestão de Activos”) é uma sociedade gestora de fundos com sede na Rua do Carmo nº42, 7º Andar – Sala D, em Lisboa, detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 17 de maio de 1991, com a designação de Fiseco Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.. Em 27 de janeiro de 1993 a Sociedade adotou o nome MG Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., o qual a partir de 3 de maio de 2004 transitou para a denominação de MG Gestão de Activos Financeiros – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.. Em 20 de julho de 2007 e por força da alteração do nome comercial da Sociedade para Montepio, a Sociedade passou a adotar a denominação Montepio Gestão de Activos, em 19 de março de 2020 por face da alteração da regulamentação alterou para a atual designação.

Até 3 de maio de 2004 a Sociedade tinha por objeto a gestão e representação de fundos de investimento mobiliário, tendo desde essa data complementado a sua atividade com a gestão discricionária e individualizada de carteiras de terceiros (incluindo as carteiras correspondentes a fundos de pensões), consultoria de investimento e a gestão de fundos de capital de risco e de investimento imobiliário.

Em 28 de novembro de 2011, fruto da aquisição do Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. por parte do Montepio Geral Associação Mutualista, a Sociedade assumiu a gestão dos fundos mobiliários pertencentes à Finivalor – Sociedade de Fundos de Investimento, S.A. (adiante designada por “Finivalor”) e alterou os estatutos de modo a revogar a atividade de gestão de fundos imobiliários, a qual passou a ser assegurada pela Finivalor. De referir que a 16 de janeiro de 2014, a Finivalor alterou a sua designação para Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (adiante designada por “Montepio Valor”).

Em 30 de dezembro de 2021 concretizou-se a venda pela Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. ao Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), da totalidade das ações representativas de 100% do capital social da Montepio Valor, pelo que a Montepio Valor e a Montepio Gestão de Activos passaram a ser detidas pelo mesmo acionista maioritário.

No seguimento da decisão de concentrar as atividades de gestão de ativos numa única entidade, em 15 de dezembro de 2022, produziu efeito a fusão por incorporação da Montepio Valor na Sociedade após a devida autorização obtida conforme deliberação do Conselho de Administração da CMVM de 22 de novembro do mesmo ano, incluindo o registo da gestão de organismos de investimento coletivo imobiliário.



Em 31 de dezembro de 2023 os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Organismos de Investimento Alternativo Imobiliários geridos pela Sociedade são os seguintes:

- OICVM

Fundos abertos	Data de constituição
<i>Fundos de tesouraria</i>	
Montepio Tesouraria	27 de setembro de 1993
<i>Fundos de ações</i>	
Montepio Ações Europa	14 de junho de 2000
Montepio Euro Utilities	29 de março de 2005
Montepio Euro Energy	7 de maio de 2007
Montepio Euro Financial Services	7 de maio de 2007
Montepio Euro Healthcare	7 de maio de 2007
Montepio Ações EUA	7 de novembro de 2022
<i>Fundos de fundos</i>	
Montepio Multi Gestão Equilibrada	18 de setembro de 2000
Montepio Multi Gestão Dinâmica	18 de setembro de 2000
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	18 de setembro de 2000
Montepio Multi Gestão Prudente	18 de setembro de 2000
<i>Fundos de obrigações</i>	
Montepio Obrigações	1 de fevereiro de 1994
Montepio Taxa Fixa	3 de novembro de 1997

- OIA Imobiliários

Fundo aberto	Data de constituição
Valor Prime	14 de abril de 1997
<b>Fundos fechados</b>	
Imomarvãs	12 de dezembro de 2006
Portugal Estates Fund	3 de outubro de 2007
Polaris	22 de dezembro de 2009
Valor Arrendamento	26 de setembro de 2013
Fundinvest	21 de maio de 2004
Imourbe	21 de dezembro de 2006
<b>Sociedade de investimento coletivo</b>	
Santos & Vale - SIC Imobiliária Fechada, SA	03 de novembro de 2023



## 1 Base de Apresentação e Principais Políticas contabilísticas

### 1.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento ("CE") n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro, as demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme aprovadas pela União Europeia ("UE") a partir do exercício de 2017. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade em 18 de março de 2024. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados ao Euro mais próximo pelo que, os números apresentados como totais podem não resultar na soma aritmética dos parciais, decorrente do efeito do arredondamento.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente à data de referência das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor a 1 de janeiro de 2023, conforme descrito abaixo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade e do custo histórico. Os ativos e passivos financeiros são apresentados ao justo valor, quando aplicável. Os outros ativos e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1.3 alínea p).



## 1.2 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

*Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas, aplicáveis à Sociedade que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2023:*

a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Impactos da alteração não foram significativos para a Sociedade.

b) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Impactos da alteração não foram significativos para a Sociedade.

c) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Impactos da alteração não foram significativos para a Sociedade.

d) **IAS 12** (alteração), 'Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois'. Na sequência da implementação das regras do *Global Anti-Base Erosion* ("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente



que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. Não se aplica à Sociedade.

*Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:*

a) **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva. A Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

b) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:*



a) **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

b) **IAS 21** (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. A Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.



### 1.3 Principais políticas contabilísticas

#### a) Instrumentos financeiros

##### *(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

##### *Outros ativos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir, em simultâneo, com as seguintes características e se não for designado ao justo valor através de resultados por opção (utilização da *Fair Value Option*):

- o ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI). Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Sociedade tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido na margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

##### *(ii) Imparidade*

Em cada data de balanço, a avaliação da imparidade dos instrumentos de dívida classificados ao custo amortizado é efetuada de acordo com a metodologia das perdas de crédito esperadas (ECL). Os valores a receber são de baixo risco sendo utilizada a estimativa a 12 meses (etapa 1)

#### b) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros, obrigatoriamente ao justo valor através de resultados, também



são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

### **c) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões**

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam sendo que a especialização dos proveitos resultantes de serviços prestados e não faturados é registada em "Ativos de contratos com clientes"; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído; e
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados em margem financeira.

As comissões de gestão sobre OICVM e OIA Imobiliários correspondem à remuneração da Sociedade pela gestão dos OICs. Estas comissões são calculadas numa base diária, por aplicação de uma taxa, definida nos respetivos regulamentos de gestão dos OICs, sobre o património líquido dos mesmos, sendo reconhecidas como proveitos em resultados.

As comissões de administração de valores por conta de outrem correspondem à remuneração da Sociedade pela gestão de carteiras de terceiros (clientes individuais), efetuada com total autonomia da Sociedade, atendendo às normas regulamentares da atividade e considerando a decisão do cliente face à percentagem de ações no valor global da carteira. De acordo com os contratos de gestão celebrados pela Sociedade, não existe por parte desta qualquer garantia de rendibilidade do capital administrado. A comissão auferida pela gestão de carteiras de terceiros (clientes individuais) resulta da aplicação de uma taxa definida em função do valor e composição da carteira do cliente, sobre o valor médio da carteira no último dia útil de cada mês, do período alvo de faturação, que por norma coincide com um trimestre.



#### d) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Mobiliário e material	8
Equipamento administrativo	5
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento de segurança	5
Equipamento informático	3
Equipamento de transmissão	3

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

#### e) Ativos intangíveis

##### *Software*

A Sociedade regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. A Sociedade não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.



## f) Locações (IFRS 16)

### Definição de locação

Um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

### Impactos na ótica do locatário

A Sociedade reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value* (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados antes da entrada em vigor do contrato, custos diretos iniciais e deduzidos de incentivos à locação recebidos, bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);
- um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui;
- pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
- pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
- as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
- o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e,
- pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Quando não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário taxa de desconto, a que corresponde a taxa de financiamento atual da Sociedade, no caso dos imóveis e a taxa de cada um dos contratos, no caso de viaturas. Para os contratos com termo é considerada essa data como data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na



avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;
- a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

A Sociedade reavalia um passivo da locação, e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); ou,
- um contrato de locação é modificado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

A Sociedade não efetuou quaisquer reavaliações ou modificações aos passivos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de a Sociedade ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A contabilização dos contratos de locação, na ótica dos locatários, é refletida nas seguintes rubricas das demonstrações financeiras principais:



— na demonstração dos resultados:

- (i) registo em Margem financeira do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
- (ii) registo em Outros gastos administrativos dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
- (iii) registo em Amortizações do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.

— no balanço:

- (i) registo em Outros ativos tangíveis, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
- (ii) registo em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

— na demonstração de fluxos de caixa, a rubrica Contratos de locação operacional dos Fluxos de caixa de atividades de financiamento inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações.

#### **g) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a partir da data da contratação sendo imediatamente mobilizáveis e sem risco significativo de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

#### **h) Aplicações em instituições de crédito**

Inclui depósitos a prazo com vencimento até 1 ano. Os juros são especializados e reconhecidos mensalmente.

#### **i) Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos



financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

#### **j) Benefícios dos empregados**

*Plano de benefícios definido – Empregados da Montepio Gestão de Activos (não inclui colaboradores da ex-Montepio Valor)*

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores incluindo um dos administradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos, outorgados a 22 de dezembro de 2006.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma e outros benefícios são calculadas anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de um fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., denominado Fundo de Pensões Aberto Viva.

O plano de pensões existente na Sociedade corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii)



os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de resultados transitados, e que concorrem para o apuramento do outro rendimento integral.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

A Sociedade reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma. O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Os pagamentos ao fundo são efetuados anualmente pela Sociedade de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

#### *Plano de benefícios definido – Empregados da ex-Montepio Valor*

Em resultado da incorporação por fusão da Montepio Valor com a Sociedade, a mesma reconheceu nas demonstrações financeiras o plano de benefícios definidos dos empregados da Montepio Valor.

O plano de benefícios definidos decorre da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho ('ACT') e subseqüentes alterações, tendo a Montepio Valor constituído um fundo de pensões com vista a assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.



Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de um fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. denominado Fundo de Pensões Montepio Geral.

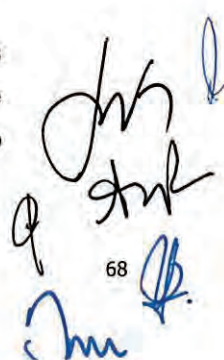
A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

O reconhecimento do plano de benefícios nas demonstrações financeiras da Sociedade, assim como os pagamentos ao fundo, são realizados da mesma forma que o plano de benefícios anteriormente indicado para a Montepio Gestão de Activos.

#### *Plano de benefícios definido – Administração da Montepio Valor*

A Montepio Valor constituiu um fundo de pensões tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência para os elementos do Conselho de Administração, em resultado da incorporação





por fusão da Montepio Valor com a Sociedade, o plano de benefícios ficou reconhecido nas demonstrações financeiras da Sociedade.

A partir de 2020, ficou garantido aos respetivos beneficiários todos os benefícios sociais, nos termos, condições e valores constantes do Plano de Pensões, na qualidade do Conselho de Administração da Sociedade que tenham exercido as suas funções em tempo completo, por mais de um ano e até ao fim do mandato, com exceção da situação de invalidez. Neste caso ou quando tenham atingido a idade de reforma em vigor para os trabalhadores da Sociedade, beneficiam de uma pensão de reforma vitalícia.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de adesão coletiva ao Fundo de Pensões Futuro Clássico, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

#### *Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)*

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### **k) Impostos sobre lucros**

A Sociedade está sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“CIRC”). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.



As incertezas sobre o tratamento fiscal de imposto sobre o rendimento são avaliadas com base na probabilidade de ocorrência utilizando o método do valor esperado ou do valor mais provável, conforme previsto na IFRIC 23.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção dos ativos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

#### **1) Provisões e passivos contingentes**

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos.



#### **m) Responsabilidades por prestação de serviços**

Os OICVM e OIA imobiliários e as carteiras de valores mobiliários geridos pela Sociedade encontram-se registados em contas extrapatrimoniais, refletindo as responsabilidades por prestação de serviços pelo valor líquido global do fundo/carteira no final de cada exercício ("NAV") e pelo valor de mercado acrescido, quando aplicável, dos juros corridos e não cobrados, respetivamente.

#### **n) Desreconhecimento**

A Sociedade desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou a Sociedade não mantém controlo dos mesmos.

A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

#### **o) Investimento em associadas**

Os investimentos em associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras da Sociedade ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

As empresas associadas são entidades nas quais a Sociedade tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que existe influência significativa quando a Sociedade detém mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Sociedade detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não existe influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

#### **Imparidade**

O valor recuperável dos investimentos em associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação,



suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

**p) Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materiais.

**1.4 Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas**

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

*Remunerações variáveis*

A administração da Sociedade, aprova anualmente um montante de prémios que é reconhecido no exercício a que diz respeito com base na melhor estimativa, tendo em atenção a informação disponível à data. Atendendo a que existem vários fatores que impactam com a decisão final dos valores a pagar, é possível que os valores finais a pagar possam divergir dos montantes inicialmente estimados e registados.



#### *Imparidade dos outros ativos financeiros ao custo amortizado*

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus outros ativos financeiros ao custo amortizado quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Sociedade avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Os outros ativos financeiros ao custo amortizado são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da Sociedade. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

#### *Impostos sobre os lucros*

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade durante um período de quatro anos, exceto em caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto em que o período é o do exercício desse direito. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

#### *Pensões e outros benefícios dos empregados*

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões, requer a utilização de pressupostos e estimativas incluindo a utilização de projeções atuariais e outras, tais como a taxa de desconto, taxa de crescimento de pensões e salários, tábua de mortalidade,



rendibilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades dos planos de pensões.

Alterações nos pressupostos anteriormente indicados poderão ter impacto significativo nos valores determinados.

## 2 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2023 (€)	2022 (€)
Juros e rendimentos similares		
Depósitos à ordem	4 645	
Aplicações em instituições de crédito	106 898	6 519
Ativos financeiros pelo custo amortizado	18	4
	<b>111 560</b>	<b>6 523</b>
Juros e encargos similares		
Imovéis - IFRS 16	(9 937)	(12 587)
Viaturas - IFRS 16	(4 783)	(2 357)
Outros	( 203)	( 689)
	<b>(14 923)</b>	<b>(15 632)</b>
	<b>96 637</b>	<b>(9 109)</b>

Relativamente aos juros de aplicações em outras instituições de crédito, em 2022 o montante aplicado era de 2.000.000 € a 1,50% com maturidade a 1 ano e 500.000 a 1,25% com maturidade a 6 meses.

Em 2023 o montante aplicado foi de 4.000.000 € a 2,50% com maturidade a 1 ano (tendo sido desmobilizado 250.000€ em dezembro de 2023) e 3.000.000 € a 3,95% com maturidade a 1 ano.

A variação verificada na rubrica "Juros e encargos similares" é sobretudo explicada pela integração de todos os serviços da Sociedade no imóvel da sua sede (locações de imóveis) e renovação do parque automóvel (locações de viaturas) (ver nota 12).



### 3 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2023 (€)	2022 (€)
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços prestados de administração de valores	1 478 682	1 547 818
Comissões de gestão de OIC	4 345 516	3 986 947
Outras comissões recebidas	-	-
	<u>5 824 198</u>	<u>5 534 765</u>
Encargos com serviços e comissões		
Operações realizadas por terceiros	( 423)	( 1 702)
Serviços bancários prestados por terceiros	( 1 031)	( 806)
Outras comissões pagas	( 194 866)	( 196 799)
	<u>( 196 320)</u>	<u>( 199 308)</u>
	<u>5 627 877</u>	<u>5 335 457</u>

A rubrica "Comissões de gestão de OIC" inclui o valor faturado aos OICVM e OIA sob gestão da Sociedade, esse valor é decomposto da seguinte forma:

	2023 (€)	2022 (€)
Comissões de gestão de OIC		
OICVMs	944 926	703 961
OIAs	3 400 590	3 282 985
	<u>4 345 516</u>	<u>3 986 947</u>

A rubrica de "Outras comissões pagas" corresponde na sua maioria à taxa de supervisão paga à CMVM.

Em 2023, tal como em 2022, a atividade de OIA Imobiliário não registou comissão de *performance*.

### 4 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Outros proveitos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	124 616	7 421
	<u>124 616</u>	<u>7 421</u>
Outros custos de exploração		
Outros encargos e gastos operacionais	(41 143)	(38 403)
Outros impostos	(9 303)	(14 717)
	<u>(50 447)</u>	<u>(53 120)</u>
	<u>74 169</u>	<u>(45 699)</u>



Em 2023, a rubrica "Outros ganhos e rendimentos operacionais" inclui um montante de 89.910,05 € de reembolso do Imposto do Selo cobrado sobre a Comissão de Comercialização do fundo Valor Prime em 2020 e recebido em 2023 após processo com a Autoridade Tributária, o Centro de Arbitragem Administrativa jugou procedente o pedido de reembolso das liquidações de Imposto do Selo realizadas.

A rubrica inclui ainda em 2023, um montante de 24.830,88€ referente à cedência de um colaborador do quadro próprio ao Banco Montepio.

A rubrica "Outros encargos e gastos operacionais" incluem encargos com quotizações e donativos no valor de 34.811,03€ (2022:31.382,97 €).

## 5 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização	682 917	863 529
Remuneração de Empregados	1 245 209	1 263 822
Encargos Sociais Obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	454 105	508 082
Outros encargos sociais obrigatórios	15 838	17 483
Outros custos com o pessoal		
Encargos relativos às responsabilidades com pensões	89 040	215 897
Plano benefício definido - MGA	34 225	95 508
Plano benefício definido - MV	(22 165)	(19 747)
Plano benefício definido - Administração	76 981	140 136
Outros custos com o pessoal	41 191	39 246
	<b>2 528 300</b>	<b>2 908 059</b>

A 31 de dezembro de 2023 a Sociedade tinha ao seu serviço um efetivo de 28 colaboradores do quadro próprio, (2022: 29 colaboradores).

A rubrica Remunerações de empregados inclui a melhor estimativa de 66.728 € para o eventual pagamento de remunerações variáveis aos seus colaboradores, todavia não existindo ainda a esta data, qualquer deliberação do montante de remunerações variáveis que virá a ser pago, e que depende ainda de concertação ao nível do Grupo MGAM, a Administração considera que a ocorrerem alterações, não serão significativas.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Sociedade, durante o exercício de 2023 são apresentados como segue:

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	2023 (€)	2023 (€)
Remunerações		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	659 627	23 289
Encargos com a Segurança Social	159 906	-
	<b>819 533</b>	<b>23 289</b>



Os valores apresentados para 2022, e uma vez que a fusão entre a Sociedade e a Montepio Valor apenas ocorreu em 15 de dezembro de 2022, mas produziram efeitos a 1 de janeiro de 2022, incluem valores pagos aos órgãos de gestão das duas entidades e são apresentados como segue:

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	2022 (€)	2022 (€)
Remunerações		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	786 991	76 538
Encargos com a Segurança Social	179 250	12 814
	<b>966 241</b>	<b>89 352</b>

## 6 Gastos gerais administrativos

A rubrica "Gastos gerais administrativos" é decomposto da seguinte forma:

	2023 (€)	2022 (€)
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	38 233	46 841
Outros fornecimentos de terceiros	14 542	9 825
Material de consumo corrente	587	8 564
Publicações	2 016	2575
	<b>55 378</b>	<b>67 805</b>
Com serviços		
Outros serviços de terceiros	1 274 693	708 672
Serviços especializados	578 867	700 882
Rendas e alugueres	134 249	61 801
Conservação e reparação	3 228	27 950
Comunicações	19 374	26 786
Deslocações, estadias e representação	16 195	24 635
Seguros	17 149	15 206
Formação de pessoal	11 615	14 917
Publicidade e edição de publicações	1 314	3 442
	<b>2 056 683</b>	<b>1 584 291</b>
	<b>2 112 061</b>	<b>1 652 096</b>

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Serviços especializados" decompõe-se da seguinte forma:

	2023 (€)	2022 (€)
Encargos com bancos de dados	192 032	238 171
Informática	145 655	127 496
Auditoria e Consultoria	149 427	125 484
Despesas com processo de fusão	-	82 106
Avenças e honorários	15 915	67 226
Research	42 693	25 413
Limpeza	10 053	15 027
Avaliadores externos	17 251	8 672
Projecto comercialização FIMs	99	6 630
Encargos judiciais, contencioso e notariado	5 741	4 658
	<b>578 867</b>	<b>700 882</b>



A variação na globalidade das rubricas, é explicada pela fusão por incorporação da Montepio Valor na Sociedade ocorrida em 2022.

A rubrica de "Auditoria e consultoria" inclui o valor sem IVA de 51.613,13 € (2022: 68.721,12 €) relacionados com custos incorridos com honorários relativos à revisão legal de contas, bem como outros serviços de garantia de fiabilidade, efetuados pelo Revisor Oficial de Contas.

O detalhe das remunerações atribuídas a auditores e à sua rede, de acordo com a sua natureza e a sociedade pela qual os serviços foram prestados, durante o exercício de 2023 é o seguinte:

Honorários PwC SROC	2023 (€)	2022 (€)
Auditoria	39 500	42 460
Outros serviços		
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	1 760	1 670

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Outros serviços de terceiros" decompõe-se da seguinte forma:

	2023 (€)	2022 (€)
Cedência de pessoal	763 889	544 368
Serviços Banco Montepio	131 076	70 698
Serviços ACE	51 081	53 721
Serviços Assoc. Mutualista	312 426	-
Outros serviços de terceiros	16 221	26 609
Trabalho temporário	-	13 276
	<b>1 274 693</b>	<b>708 672</b>

A variação de valores na rubrica de "Serviços Banco Montepio", está relacionado com acertos realizados em 2022 referentes a anos anteriores.

A rubrica "Serviços Assoc. Mutualista" corresponde aos valores cobrados pela subcontratação de funções de controlo, especificamente das funções de *compliance*, gestão de risco e auditoria interna prestados pela Associação Mutualista. Em 2022, estes valores eram contabilizados na rubrica "Encargos com bancos de dados" com total de 41.247,12€.

Os valores de "Cedência de pessoal" correspondem ao montante pago ao Banco Montepio com colaboradores que prestam serviços à Montepio Gestão de Activos relativamente aos quais existe um contrato de cedência do Banco Montepio. Nesta rubrica encontra-se registado melhor estimativa para o eventual pagamento de remunerações variáveis a estes colaboradores a pagar em 2024 de 40.803€.

Em 2023 existiam 11 colaboradores cedidos a prestar serviços à Sociedade (2022: 9 colaboradores).



## 7 Depreciações

O valor desta rubrica é composto por:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Activos Intangíveis:</b>		
Software	8 810	10 109
	8 810	10 109
<b>Outros ativos tangíveis:</b>		
De obras em imóveis arrendados	74 445	63 752
Mobiliário e material	1 695	1 501
Equipamento Informático	13 224	13 767
	89 364	79 020
<b>Ativos sob direito de uso:</b>		
Imóveis	78 043	103 830
Viaturas	37 106	32 173
	115 149	136 003
	<b>213 323</b>	<b>225 132</b>

A diminuição dos valores em "Ativos sob direitos de Uso em Imóveis" resulta da saída do imóvel da Soeiro Pereira Gomes, anteriormente ocupado pela ex-Montepio Valor.

## 8 Imparidade de outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Imparidade de outros ativos</b>		
Dotação do exercício	( 147 182)	( 245)
	<b>(147 182)</b>	<b>( 245)</b>

Variação da rubrica justificada pela reversão de imparidade existente nas contas da Sociedade, relativa a imposto sobre rendimento retido relativo a exercícios anteriores a 2015 (ver nota 16).

## 9 Caixa

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Caixa	500	474
	<b>500</b>	<b>474</b>



## 10 Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Depósitos à ordem no país		
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	359 333	3 657 368
	<b>359 333</b>	<b>3 657 368</b>

	2023 (€)	2022 (€)
Aplicações em instituições de crédito no país		
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	6 828 575	2 605 235
	<b>6 828 575</b>	<b>2 605 235</b>

De acordo com as políticas contabilísticas, nota 1.3 g), os saldos de depósitos à ordem correspondem aos apresentados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa.

Relativamente às aplicações em instituições de crédito no país, os valores de 2023 correspondem aos seguintes depósitos:

	Montante nominal (€)	Data constituição	Data Reembolso	Taxa	Juro
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>					
Depósito a prazo 1 ano	3 750 000	09/05/2023	08/05/2024	2.50%	61 458
Depósito a prazo 1 ano	3 000 000	09/11/2023	08/11/2024	3.95%	17 117
	<b>6 750 000</b>				<b>78 575</b>

Em 2022, os valores correspondiam ao seguinte depósito:

	Montante nominal (€)	Data constituição	Data Reembolso	Taxa	Juro
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>					
Depósito a prazo 1 ano	2 000 000	09/11/2022	09/11/2023	1.50%	4 333
Depósito a prazo 6. meses	500 000	09/11/2022	09/05/2023	1.25%	902
Depósito sustentabilidade Mar.2021	100 000	05/03/2021	06/03/2023	-	-
	<b>2 600 000</b>			-	<b>5 235</b>



## 11 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Títulos de rendimento fixo</b>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	1 397	1 423
<b>Imparidade para outros ativos financeiros ao custo amortizado</b>	(2)	(2)
	<b>1 395</b>	<b>1 421</b>

O justo valor da carteira de outros ativos financeiros ao custo amortizado encontra-se apresentado na nota 25.

Em 31 de dezembro de 2023 o inventário da carteira de títulos é composto como segue:

	Código do título	Tipo de emitente	País emitente	Cotado/ Não cotado (S/N)	Cotação	Quantidade	Valor nominal (Euros)	Critério valorimétrico	Valor de balanço (Euros)
Instrumentos de dívida pública									
Obrigações do tesouro									
- OT 5,65% 15/02/2024	PTOTEQOE0015	Outras	Portugal	S	100,22%	70 000	700	Custo amortizado	739
- OT 0,70% 15/10/2027	PTOTEMOE0035	Outras	Portugal	S	91,71%	70 000	700	Custo amortizado	656
						<b>140 000</b>	<b>1 400</b>		<b>1 395</b>

Em 31 de dezembro de 2022 o inventário da carteira de títulos é composto como segue:

	Código do título	Tipo de emitente	País emitente	Cotado/ Não cotado (S/N)	Cotação	Quantidade	Valor nominal (Euros)	Critério valorimétrico	Valor de balanço (Euros)
Instrumentos de dívida pública									
Obrigações do tesouro									
- OT 5,65% 15/02/2024	PTOTEQOE0015	Outras	Portugal	S	103,12%	70 000	700	Custo amortizado	777
- OT 0,70% 15/10/2027	PTOTEMOE0035	Outras	Portugal	S	90,10%	70 000	700	Custo amortizado	645
						<b>140 000</b>	<b>1 400</b>		<b>1 422</b>

Os outros ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 alínea a).

As obrigações são mantidas para corresponder aos requisitos de cobertura de responsabilidades do Sistema de Indemnização aos Investidores ("SII") e, assim sendo, encontra-se penhorado a favor deste, de acordo com o Decreto – Lei nº 222/99, de 22 de junho.



Os movimentos de imparidade para outros ativos financeiros ao custo amortizado são analisados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	2	1
Dotação do exercício	-	1
Reversão do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	2	2

## 12 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Valor de aquisição</b>		
Obras em imóveis arrendados	326 586	226 314
Mobiliário e Material	25 020	36 755
Máquinas e Ferramentas	6 458	4 882
Equipamento Informático	94 808	130 135
Equipamento de transmissão	1 389	2 939
Património artístico	1 382	1 382
Equipamento de segurança	-	806
Direito de uso - Imóveis	388 063	510 387
Direito de uso - Viaturas	253 566	232 253
	<b>1 097 272</b>	<b>1 145 853</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>		
Obras em imóveis arrendados	( 234 502)	( 160 057)
Mobiliário e Material	( 17 756)	( 34 088)
Máquinas e Ferramentas	( 5 032)	( 4 392)
Equipamento Informático	( 66 958)	( 109 842)
Equipamento de transmissão	( 1 389)	( 2 940)
Equipamento de segurança	-	( 806)
Direito de uso - Imóveis	( 60 663)	( 195 477)
Direito de uso - Viaturas	( 102 560)	( 190 330)
	<b>( 488 860)</b>	<b>( 697 932)</b>
	<b>608 412</b>	<b>447 921</b>

O montante indicado em "Obras em imóveis arrendados" corresponde ao valor relativo a obras efetuadas no edifício sede da Montepio Gestão de Activos.

A 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Ativos sob direito de uso" corresponde essencialmente a imóveis (edifício sede) e à frota de viaturas, sendo amortizados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado na política contabilística 1 alínea f).



Os movimentos da rubrica outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2023, são analisados no quadro seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro (€)	Aquisições/ Dotações (€)	Depreciações do exercício (€)	Abates (€)	Saldo em 31 de Dezembro (€)
<b>Valor de aquisição</b>					
Obras em imóveis arrendados	226 314	100 272	-	-	326 586
Mobiliário e Material	36 755	5 652	-	( 17 387)	25 020
Máquinas e Ferramentas	4 882	1 576	-	-	6 458
Equipamento Informático	130 135	20 781	-	( 56 108)	94 808
Equipamento de transmissão	2 939	-	-	( 1 550)	1 389
Património artístico	1 382	-	-	-	1 382
Equipamento de segurança	806	-	-	( 806)	-
Direito de uso - Imóveis	510 387	390 971	-	( 513 295)	388 063
Direito de uso - Viaturas	232 253	160 386	-	( 139 073)	253 566
	<b>1 145 853</b>	<b>679 638</b>		<b>( 728 219)</b>	<b>1 097 272</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Obras em imóveis arrendados	( 160 057)	-	( 74 445)	-	( 234 502)
Mobiliário e Material	( 34 088)	-	( 1 055)	17 387	( 17 756)
Máquinas e Ferramentas	( 4 392)	-	( 640)	-	( 5 032)
Equipamento Informático	( 109 842)	-	( 13 224)	56 108	( 66 958)
Equipamento de transmissão	( 2 940)	-	-	1 551	( 1 389)
Equipamento de segurança	( 806)	-	-	806	-
Direito de uso - Imóveis	( 195 477)	-	( 78 043)	212 857	( 60 663)
Direito de uso - Viaturas	( 190 330)	-	( 37 106)	124 875	( 102 560)
	<b>( 697 931)</b>		<b>( 204 513)</b>	<b>413 584</b>	<b>( 488 860)</b>
	<b>447 921</b>	<b>679 638</b>	<b>( 204 513)</b>	<b>( 314 635)</b>	<b>608 412</b>

Os valores em “Obras em imóveis arrendados” corresponde ao montante de obras realizadas no edifício sede da Montepio Gestão de Activos.

Relativamente ao montante de depreciações em “Obras em imóveis arrendados”, o montante dizia respeito essencialmente ao valor das obras por depreciar, do anterior edifício sede da Montepio Valor, que após a fusão com a MGA, foram totalmente depreciadas, uma vez que o contrato de arrendamento foi terminado.

Os movimentos da rubrica outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2022 são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro (€)	Fusão com Montepio Valor (€)	Aquisições/ Dotações (€)	Depreciações do exercício (€)	Abates (€)	Saldo em 31 de Dezembro (€)
<b>Valor de aquisição</b>						
Obras em imóveis arrendados	-	226 314	-	-	-	226 314
Mobiliário e Material	31 497	5 259	-	-	-	36 755
Máquinas e Ferramentas	4 197	685	-	-	-	4 882
Equipamento Informático	38 289	73 085	18 760	-	-	130 135
Equipamento de transmissão	2 939	-	-	-	-	2 939
Património artístico	1 382	-	-	-	-	1 382
Equipamento de segurança	-	806	-	-	-	806
Direito de uso - Imóveis	122 304	388 084	-	-	-	510 387
Direito de uso - Viaturas	35 515	182 558	14 180	-	-	232 253
	<b>236 122</b>	<b>876 790</b>	<b>32 940</b>			<b>1 145 853</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Obras em imóveis arrendados	0	( 96 305)	-	( 63 752)	-	( 160 057)
Mobiliário e Material	( 28 114)	( 4 963)	-	( 1 011)	-	( 34 088)
Máquinas e Ferramentas	( 3 217)	( 685)	-	( 489)	-	( 4 392)
Equipamento Informático	( 36 774)	( 59 301)	-	( 13 767)	-	( 109 842)
Equipamento de transmissão	( 2 940)	-	-	-	-	( 2 940)
Equipamento de segurança	-	( 806)	-	-	-	( 806)
Direito de uso - Imóveis	( 78 711)	( 12 936)	-	( 103 830)	-	( 195 477)
Direito de uso - Viaturas	( 20 011)	( 138 146)	-	( 32 173)	-	( 190 330)
	<b>( 169 767)</b>	<b>( 313 142)</b>		<b>( 215 023)</b>		<b>( 697 932)</b>
	<b>66 355</b>	<b>563 648</b>	<b>32 940</b>	<b>( 215 023)</b>		<b>447 921</b>



### 13 Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Valor de aquisição</b>		
Software	530 433	554 385
Software (em curso)	22 000	-
	<u>552 433</u>	<u>554 385</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Relativas ao exercício corrente	(8 810)	(10 109)
Abates	23 952	-
Relativas a exercícios anteriores	(214 012)	(203 903)
	<u>(198 870)</u>	<u>(214 012)</u>
<b>Imparidades acumuladas:</b>		
Software	(324 896)	(324 896)
	<u>28 667</u>	<u>15 477</u>

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o exercício de 2023, são analisados como segue:

	Saldo em 01 de Janeiro (€)	Aquisições/ Dotações (€)	Depreciações do exercício (€)	Abates (€)	Transfer. (€)	Saldo em 31 de Dezembro (€)
<b>Valor de aquisição</b>						
Software	554 385	-	-	( 23 952)	-	530 433
Software (em curso)	-	22 000	-	-	-	22 000
	<u>554 385</u>	<u>22 000</u>		<u>( 23 952)</u>	<u>-</u>	<u>552 433</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Software	( 214 012)	-	( 8 810)	23 952	-	( 198 870)
	<u>( 214 012)</u>	<u>-</u>	<u>( 8 810)</u>	<u>23 952</u>	<u>-</u>	<u>( 198 870)</u>
<b>Imparidades acumuladas:</b>						
Software	( 324 896)	-	-	-	-	( 324 896)
	<u>( 538 908)</u>	<u>-</u>	<u>( 8 810)</u>	<u>23 952</u>	<u>-</u>	<u>( 523 766)</u>
	<u>15 477</u>	<u>22 000</u>	<u>( 8 810)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28 667</u>

Em outubro de 2023, procedeu-se ao abate de ativos intangíveis (software) no montante de 23.952€ pelo facto de estes já não serem utilizados e estarem totalmente amortizados.

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o exercício de 2022, são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro (€)	Aquisições/ Dotações (€)	Depreciações do exercício (€)	Abates (€)	Transfer. (€)	Saldo em 31 de Dezembro (€)
<b>Valor de aquisição</b>						
Software	543 096	11 289	-	-	-	554 385
	<u>543 096</u>	<u>11 289</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>554 385</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Software	( 203 903)	-	( 10 109)	-	-	( 214 012)
	<u>( 203 903)</u>	<u>-</u>	<u>( 10 109)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 214 012)</u>
<b>Imparidades acumuladas:</b>						
Software	( 324 896)	-	-	-	-	( 324 896)
	<u>( 528 799)</u>	<u>-</u>	<u>( 10 109)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 538 908)</u>
	<u>14 297</u>	<u>11 289</u>	<u>( 10 109)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15 477</u>



## 14 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	36 746	36 746
	<b>36 746</b>	<b>36 746</b>

A 9 de maio de 2014, foi constituído o Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE. A Sociedade em resultado da fusão ocorrida em 2022 com a Montepio Valor, participa neste ACE com uma percentagem de 1,5%, a que corresponde o custo de aquisição de 36.746 €.

Os dados relativos à Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE em 2023 são apresentados como segue:

	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Proveitos	Custo de participação
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	3 749 928	1 300 221	2 449 707	4 901 479	1.5%
	<b>3 749 928</b>	<b>1 300 221</b>	<b>2 449 707</b>	<b>4 901 479</b>	<b>1.5%</b>

Por carta data de 14 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE informou a Sociedade, que deliberou em 21 de novembro de 2023 dar início às diligências para dissolução e liquidação do ACE, oportunamente será tomada a decisão em Assembleia Geral do ACE tendente à deliberação unanime por todos os membros agrupados, da sua dissolução e liquidação.

## 15 Impostos

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Ativos por impostos correntes IRC a recuperar	-	158 686
Passivos por impostos correntes IRC a pagar	(147 678)	-
	<b>( 147 678)</b>	<b>158 686</b>

Em 2022, o valor de IRC a recuperar resulta da diferença entre valor de imposto apurado (191.917,22 €) e dos pagamentos por conta realizados durante o ano de 2022 no total de



350.603 €. Em 2023, o valor apurado considera o total de pagamentos por conta realizados no valor de 133.320€.

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

	<b>Ativo</b>	
	<b>2023 (€)</b>	<b>2022 (€)</b>
Saldo inicial	261 945	68 228
Prémios diferidos	11 513	
Benefícios pós emprego da administração	16 489	193 717
<b>Saldo final</b>	<b>289 947</b>	<b>261 945</b>

Os passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

	<b>Ativo</b>	
	<b>2023 (€)</b>	<b>2022 (€)</b>
Saldo inicial	261 945	68 228
Prémios diferidos	11 513	-
Benefícios pós emprego da administração	16 489	193 717
<b>Saldo final</b>	<b>289 947</b>	<b>261 945</b>

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	<b>2023</b>
Taxa de IRC (a)	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%
<b>Total (b)</b>	<b>22,5%</b>

(a) aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

Conforme referido na política contabilística na nota 1.3 k) e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expectativa da Sociedade da sua recuperabilidade.



A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Resultado antes de impostos	1 092 345	495 607
Montantes a acrescentar / (deduzir)	2 507	172 643
Resultado tributável / (Prejuízo fiscal)	1 094 852	668 250
Dedução prejuízo fiscal	-	-
Base tributável	1 094 852	668 250
Imposto sobre o rendimento	229 919	140 332
Tributação autónoma	34 657	41 561
Derrama municipal	16 423	10 024
<b>Imposto corrente</b>	<b>280 998</b>	<b>191 917</b>
Impostos diferidos	( 28 002)	( 26 263)
<b>Total de imposto sobre o rendimento</b>	<b>252 996</b>	<b>165 654</b>
Taxa de imposto	21%	21%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa efetiva	23.2%	33.4%
Pagamentos por conta	133 320	350 603
<b>Imposto a pagar / ( a recuperar)</b>	<b>147 678</b>	<b>(158 686)</b>

Em 2022 o montante significativo de pagamentos por conta resultou da fusão das Sociedade com a Montepio Valor, realizada no final do exercício o que conduziu à coexistência das duas entidades durante o exercício de 2022 e ao cumprimento das obrigações fiscais de ambas, aumentando assim aqueles valores.

## 16 Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Outros ativos		
Devedores diversos	27 251	177 717
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	1 177 268	1 389 660
Plano benefício definido - MGA	345 134	428 468
Plano benefício definido - MV	598 078	645 437
Plano benefício definido - Administração	234 056	315 755
Outras despesas com encargo diferido	83 857	103 165
	1 288 376	1 670 542
Imparidade para outros ativos	(17 766)	(164 947)
<b>Total Outros ativos</b>	<b>1 270 610</b>	<b>1 505 595</b>
Ativos de contratos com clientes	804 212	760 530



A variação na rubrica "Imparidade para outros ativos" resulta da regularização relativa a imposto sobre rendimento retido relativo a exercícios anteriores a 2015. Em 2023 a Sociedade recebeu 147.182 € referente à reclamação de imposto junto da Autoridade Tributária de 164.947 € pelo que procedeu à reversão da imparidade pelo mesmo valor. O remanescente é expectável ser recebido em 2024 pela Autoridade Tributária.

A rubrica "Ativos de contratos com clientes" inclui comissões por serviços prestados de administração de valores ainda não recebidos e que se encontram detalhados no quadro seguinte:

	2023 (€)	2022 (€)
Gestão por conta de outrem	324 621	392 340
OICVM	112 616	68 330
OIA	366 975	299 860
	<b>804 212</b>	<b>760 530</b>

## 17 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Credores e outros recursos</b>		
Credores locação financeira	503 384	366 984
Outros credores	309 393	257 956
Sector público administrativo	126 163	186 141
<b>Outros encargos a pagar</b>		
Por gastos com o pessoal	562 866	476 615
Por gastos gerais administrativos	86 135	108 248
Outras contas de regularização	584 022	508 552
	<b>2 171 963</b>	<b>1 904 496</b>

A rubrica "Outros credores" inclui valores a pagar a fornecedores.

A rubrica "Outros encargos a pagar – por gastos com o pessoal" além dos valores a pagar de férias e subsidio de férias, inclui prémios a pagar aos colaboradores num total de 201.583€, correspondendo aos prémios de 2020 a 2022, cujo pagamento foi diferido (94.052€) aos prémios de 2023 (107.531 €).

A rubrica "Outras contas de regularização" inclui o montante de 549.161€ de passivos e outras possíveis responsabilidades resultante da liquidação dos fundos Montepio Arrendamento e Montepio Arrendamento II respetivamente, entregues à ex-Montepio Valor para que promova a regularização destes valores em 2022, esse montante era de 553.160 €.



## 18 Capital

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital da Sociedade segue a seguinte distribuição:

	2023			2022		
	N.º de ações	Montante €	%	N.º de ações	Montante €	%
Montepio Geral Associação Mutualista	571 086	2 855 430	99.94%	571 086	2 855 430	99.94%
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	300	1 500	0.05%	300	1 500	0.05%
Fundação Montepio Geral	15	75	0.00%	15	75	0.00%
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	15	75	0.00%	15	75	0.00%
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	15	75	0.00%	15	75	0.00%
	<b>571 431</b>	<b>2 857 155</b>	<b>100%</b>	<b>571 431</b>	<b>2 857 155</b>	<b>100%</b>

O capital da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, ascende a 2.857.155 € e é representado por 571.431 ações com valor nominal de 5€ cada.

## 19 Outras reservas e resultados transitados

A partir de 1 de janeiro de 2020, com a transferência da supervisão da Sociedade do Banco de Portugal para a CMVM, o regime de constituição de reserva legal previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aplicável às entidades sob a supervisão do Banco de Portugal, deixou de ser aplicável à Sociedade, passando o Código das Sociedades Comerciais a ser referencial para este efeito.

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é, obrigatoriamente, dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do Capital Social da Sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 as reservas legais excedem os 20% do Capital Social da Sociedade.

A rubrica de Outras reservas e resultados transitados é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	2 758 125	2 758 125
Outras reservas	195 275	195 275
Resultados transitados		
Resultados transitados aprovados	256 408	255 455
Diferenças resultantes alteração políticas contabilísticas	( 259 331)	( 259 331)
Outras Reservas - Desv.Atuariais colaboradores	969 330	1 087 963
Outras Reservas - Desv.Atuariais administração	294 841	324 703
Outras Reservas - Desv.Atuariais imp.difer.Passivos	( 212 268)	( 241 628)
Ajustamento de Transição IFRS 9	( 2 396)	( 2 396)
	<b>3 999 985</b>	<b>4 118 166</b>



## 20 Distribuição de resultados

Em 2023 e com referência ao exercício de 2022 a Montepio Gestão de Activos na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023 deliberou a distribuição do montante de 329.000 € ao acionista e a aplicação de 953 € em Resultados Transitados.

O Conselho de Administração propõe para aplicação do resultado líquido do exercício de 2023, no total de 839.348,21 € a distribuição de 834.289,26 € para o acionista, 5.000 € para a Fundação Montepio e o restante, para outros resultados transitados no montante de 58,95 €.

## 21 Resultado por Ação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o apuramento por ação pode ser apresentado como se segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Resultado Líquido do período	839 348	329 953
Número médio de ações em circulação no exercício (Nota 18)	571 431	571 431
Resultados básicos e diluídos por ação	1,47	0,58

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

## 22 Responsabilidades por prestação de serviços

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 o valor total de ativos geridos pela Sociedade é composto como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Gestão de Patrimónios	1 528 579 938	1 474 188 285
Gestão de OICVMs	300 636 124	180 916 586
Gestão de OIAs	451 756 906	411 573 232
	<b>2 280 972 968</b>	<b>2 066 678 103</b>



Em 2022 a rubrica gestão de patrimónios inclui carteiras pertencentes a fundos de pensões geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A. no valor de 1.514.463.385 € (2022: 1.458.429.387 €).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor sob gestão dos Fundos de Investimento é apresentado como segue:

Valores de gestão de OICVMs	2023 (€)	2022 (€)
Montepio Acções Europa	18 609 441	17 498 019
Montepio Ações EUA	27 013 674	12 041 520
Montepio Euro Energy	16 163 650	15 894 403
Montepio Euro Financial Services	5 850 547	4 925 774
Montepio Euro Healthcare	14 066 006	15 449 647
Montepio Euro Utilities	10 155 618	9 268 137
Montepio Multi Gestão Equilibrada	11 867 752	11 904 411
Montepio Multi Gestão Dinâmica	8 943 064	9 796 968
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	4 103 002	4 045 521
Montepio Multi Gestão Prudente	16 186 257	17 491 299
Montepio Obrigações	21 467 981	10 455 259
Montepio Taxa Fixa	7 434 691	8 951 907
Montepio Tesouraria	138 774 441	43 193 721
<b>Total</b>	<b>300 636 124</b>	<b>180 916 586</b>

Valores de gestão de OIAs	2023 (€)	2022 (€)
Valor Prime	340 436 876	315 690 610
Imomarvãs	6 182 108	6 387 834
Portugal Estates Fund	2 372 130	2 405 842
Polaris	4 227 619	4 244 452
Valor Arrendamento	4 179 201	8 791 989
Fundinvest	65 417 634	58 607 579
Imourbe	16 735 337	15 444 926
Santos & Vale - SICAFI, SA	12 206 001	0
<b>Total</b>	<b>451 756 906</b>	<b>411 573 232</b>

## 23 Benefícios aos empregados

### a) Fundo de Pensões Viva – Montepio Gestão de Activos

A Sociedade assumiu, em 22 de dezembro de 2006, o compromisso de conceder aos seus colaboradores um complemento de pensões de reforma com benefício definido.



A pensão anual é igual a 1% do salário final pensionável por ano de serviço pensionável, com o máximo de 25% do salário pensionável final.

Para a cobertura das suas responsabilidades são efetuadas contribuições, quando necessário, para a adesão coletiva ao Fundo de Pensões Viva, o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e no qual a Sociedade participa em 5,5% (2022: 5,6%).

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2023 (€)	2022 (€)
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa de rendimento do fundo	3,60%	4,22%
Taxa de desconto	3,60%	4,22%
<b>Pressupostos demográficos e métodos de avaliação</b>		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 - 1	TV 88/90 - 1
Mulheres	TV 88/90 - 2	TV 88/90 - 2
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o número de participantes ativos abrangidos por este plano de pensões era o seguinte:

	2023	2022
Número de participantes ativos	14	14
	14	14

Atualmente no fundo, existem 2 participantes ex-ativos.

As responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades		
Pessoal ativo	1 597 836	1 363 079
Valor do Fundo	1 942 970	1 791 547
<b>Ativos/ (Responsabilidades) líquidas em balanço (nota 16)</b>	<b>345 134</b>	<b>428 468</b>
Porcentagem de cobertura	121,6%	131,4%

De acordo com a política contabilística definida na nota 1.3 j), a Sociedade procede ao cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma anualmente.



A evolução das responsabilidades com pensões de reforma é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Valores em 1 de janeiro</b>	<b>1 363 079</b>	<b>1 994 484</b>
Reconhecido em resultados		
Custos do serviço corrente	52 306	95 559
Custos dos juros	57 522	27 923
Reconhecido em capitais próprios		
(Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alteração de pressupostos	( 3 917)	2 133
Alteração de pressupostos	128 846	( 757 021)
<b>Valores em 31 de dezembro</b>	<b>1 597 836</b>	<b>1 363 079</b>

A evolução do valor do Fundo de Pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Valores em 1 de janeiro</b>	<b>1 791 547</b>	<b>1 998 105</b>
Reconhecido em resultados		
Rendimento esperado do fundo de pensões	75 603	27 974
Reconhecido em capitais próprios		
Desvios de rendimento do fundo de pensões	75 820	( 234 532)
Contribuições para o fundo	-	-
<b>Valores em 31 de dezembro</b>	<b>1 942 970</b>	<b>1 791 547</b>

A Sociedade não efetuou qualquer contribuição para o fundo de pensões relativa ao exercício de 2023 e exercício de 2022.

De referir que o Fundo de Pensões, denominado "Fundo de Pensões Viva", é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. no qual a Sociedade participa em 5,52% a 31 de dezembro de 2023 (2022: 5,61%).

Os ativos do fundo de pensões são apresentados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Acções	723 275	478 846
Obrigações	1 073 733	1 182 751
Imobiliário	67 226	58 859
Investimentos alternativos	12 090	3 139
Liquidez	66 645	67 952
<b>1 942 970</b>	<b>1 791 547</b>	

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Desvios atuariais positivos / (negativos) no início	451 414	( 68 942)
Alteração de pressupostos	( 128 845)	757 021
Desvios de rendimento do fundo de pensões	75 820	( 234 532)
Outros desvios	3 917	( 2 133)
<b>Desvios atuariais positivos / (negativos) no final</b>	<b>402 306</b>	<b>451 414</b>



Os custos e rendimentos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Custos dos serviços correntes	52 306	95 559
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(18 081)	( 51)
	<b>34 225</b>	<b>95 508</b>

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em Balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>No início do exercício</b>	<b>428 468</b>	<b>3 621</b>
(Custos)/Proveitos dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	18 081	51
Contribuição da Sociedade	-	-
(Custo do serviço corrente)	(52 306)	(95 559)
Ganhos/(Perdas) financeiras	75 820	(234 532)
Ganhos/(Perdas) atuariais	(124 929)	754 887
<b>No fim do exercício</b>	<b>345 134</b>	<b>428 468</b>

A duração das responsabilidades é de 18,1 anos (2022: 19,8 anos)

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios, considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação de 25 pontos base nos pressupostos financeiros e de 1 ano na materialidade cujo impacto é analisado como segue:

	2023 (€)		2022 (€)	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25 % de variação)	(54 124)	57 297	(45 835)	48 512
Taxa de crescimento salarial (0,25 % de variação)	26 492	(25 791)	23 924	(23 289)
Taxa de crescimento pensões (0,25 % de variação)	31 251	(30 187)	25 236	(24 394)
Mortalidade (1 ano de variação)	(43 538)	43 065	(34 302)	33 774

#### b) Fundo de Pensões Montepio Geral – Montepio Valor

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, a Montepio Valor assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Como resultado da fusão da Montepio Valor com a Sociedade, estão registados nas contas desta última, os compromissos anteriormente assumidos.



Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2023 (€)	2022 (€)
Pressupostos Financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	2,50% durante 2 anos 0,75% restantes	2,50% durante 3 anos 0,75% restantes
Taxa de crescimento das pensões	2,00% durante 2 anos 0,50% restantes	2,00% durante 3 anos 0,50% restantes
Taxa de rendimento do fundo	3,60%	4,26%
Taxa de desconto	3,60%	4,26%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 - 1	TV 88/90 - 1
Mulheres	TV 90/01 - 2	TV 90/01 - 2
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP
UCP - Unit Credit projetado		

Para as taxas de crescimento de salários e pensões para os anos de 2023 a 2025, e tendo em conta o atual enquadramento macroeconómico, foi considerada uma taxa de crescimento de salários de 2,5% e pensões de 2%, para os restantes anos foi considerado 0,75% e 0,5% respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões era o seguinte:

Os participantes ativos no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2023	2022
Número de participantes ativos	8	8
	8	8

Atualmente no fundo, existem 26 participantes ex-ativos.



As responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades com benefícios de reforma Pessoal ativo	709 130	592 876
Responsabilidades com benefícios de saúde Pessoal ativo	96 980	75 207
Responsabilidades com benefícios por morte Pessoal ativo	2 769	2 073
Total das responsabilidades	808 879	670 156
Valor do Fundo	1 406 957	1 315 593
<b>Ativos/ (Responsabilidades) líquidas em balanço (nota 16)</b>	<b>598 078</b>	<b>645 437</b>
Porcentagem de cobertura	173,9%	196,3%

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio por morte é apresentada como segue:

	2023 (€)			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
<b>Valores em 1 de janeiro</b>	592 876	75 207	2 073	670 156
Reconhecido em resultados				
Custos do serviço corrente	2 360	2 866	104	5 330
Custos dos juros	25 257	3 204	88	28 549
Reconhecido em capitais próprios (Ganhos) e perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	(15 364)	15 702	504	841
Alteração de pressupostos	101 426	-	-	101 426
Contribuições para o fundo de pensões	2 576	-	-	2 576
Saídas fora do programa	-	-	-	-
<b>Valores em 31 de dezembro</b>	<b>709 131</b>	<b>96 979</b>	<b>2 769</b>	<b>808 879</b>

	2022 (€)			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
<b>Valores em 1 de janeiro</b>	917 642	100 109	3 553	1 021 304
Reconhecido em resultados				
Custos do serviço corrente	4 650	5 217	195	10 062
Custos dos juros	14 499	1 582	56	16 137
Reconhecido em capitais próprios (Ganhos) e perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	34 689	(31 701)	(1 731)	1 257
Alteração de pressupostos	(357 390)	-	-	(357 390)
Contribuições para o fundo de pensões	2 555	-	-	2 555
Saídas fora do programa	(23 769)	-	-	(23 769)
<b>Valores em 31 de dezembro</b>	<b>592 876</b>	<b>75 207</b>	<b>2 073</b>	<b>670 156</b>



A evolução do valor do Fundo de Pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Valores em 1 de janeiro</b>	<b>1 315 593</b>	<b>1 403 629</b>
Reconhecido em resultados		
Rendimento esperado do fundo de pensões	56 044	22 177
Reconhecido em capitais próprios		
Desvios de rendimento de fundos de pensões	32 744	( 112 768)
Contribuições para o fundo de pensões	2 576	2 555
<b>Valores em 31 de dezembro</b>	<b>1 406 957</b>	<b>1 315 593</b>

De referir que o Fundo de Pensões, denominado "Fundo de Pensões Montepio Geral", é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. no qual a Sociedade participa em 0,18% a 31 de dezembro de 2023 (2022: 0,17%).

A rubrica Contribuições para o fundo de pensões diz respeito às entregas efetuadas em dinheiro pelos colaboradores.

Os ativos do Fundo de Pensões repartidos por tipo são detalhados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Obrigações	908 098	917 272
Ações	347 117	261 458
Imobiliário directo	104 647	83 649
Outros títulos de rendimento variável	33 212	8 025
Liquidez	13 883	45 189
	<b>1 406 957</b>	<b>1 315 593</b>

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Desvios actuariais positivos / (negativos) no início	636 549	393 184
Alteração de pressupostos	( 101 426)	357 390
Desvios de rendimento do fundo de pensões	32 744	( 112 768)
Outros desvios	( 842)	( 1 257)
<b>Desvios actuariais positivos / (negativos) no final</b>	<b>567 025</b>	<b>636 549</b>

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Custos dos serviços correntes	5 330	10 063
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(27 495)	(6 041)
Saídas fora do programa	-	(23 769)
	<b>(22 165)</b>	<b>(19 747)</b>



A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em Balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>No início do exercício</b>	645 437	382 325
(Custos)/Proveitos dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	27 495	6 041
(Custo do serviço corrente)	(5 330)	(10 063)
Saídas fora do programa	-	23 769
Ganhos/(Perdas) financeiras	32 744	(112 768)
Ganhos/(Perdas) atuariais	(102 268)	356 133
<b>No fim do exercício</b>	<b>598 078</b>	<b>645 437</b>

A duração das responsabilidades é de 20,9 anos (2022: 22,7 anos)

A análise da sensibilidade a uma variação de 25 pontos base nos pressupostos financeiros e de 1 ano na materialidade cujo impacto é analisado como segue:

	2023 (€)		2022 (€)	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(35 694)	40 379	(15 264)	16 224
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	50 868	(42 322)	21 998	(19 730)
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	27 783	(24 985)	10 911	(10 351)
Contribuição para o SAMS (0,50% de variação)	4 005	(4 005)	5 459	(5 459)
Mortalidade (1 ano de variação)	(5 867)	5 671	(4 185)	4 011

#### c) *Fundo de Pensões Futuro Clássico – Montepio Valor*

Em 2020, a Montepio Valor assumiu o compromisso de conceder aos membros da sua Administração, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência através da criação de um Plano de Pensões.

Estas prestações consistem numa percentagem, consoante tenha havido até 5 ou mais anos de exercício no cargo, sobre a retribuição auferida pelos Vogais do Conselho de Administração.

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a obrigações de alta qualidade de empresas; e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Em resultado da fusão da Sociedade com a Montepio Valor, estes montantes estão reconhecidos nas contas da Montepio Gestão de Activos.



Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2023 (€)	2022 (€)
Pressupostos Financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,30%	0,30%
Taxa de desconto	3,60%	4,20%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3	TV 88/90 - 3
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP
UCP - Unit Credit projetado		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2023	2022
Número de participantes ex-ativos da Montepio Valor	3	3
a	3	3

As responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades		
Pessoal ativo	606 667	475 537
Valor do Fundo	840 723	791 292
<b>Ativos/ (Responsabilidades) líquidas em balanço (nota 16)</b>	<b>234 056</b>	<b>315 755</b>
Percentagem de cobertura	138,6%	166,4%

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma é analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Valores em 1 de janeiro</b>	<b>475 537</b>	<b>717 690</b>
Reconhecido em resultados		
Custos do serviço corrente	65 098	120 322
Custos dos juros	19 973	10 407
Reconhecido em capitais próprios		
(Ganhos) e perdas actuariais		
Não decorrentes de alteração de pressupostos	( 6 432)	( 34 464)
Alteração de pressupostos	52 491	( 338 419)
<b>Valores em 31 de dezembro</b>	<b>606 667</b>	<b>475 537</b>



A evolução do valor do Fundo de Pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>Valores em 1 de janeiro</b>	791 292	740 205
Reconhecido em resultados		
Rendimento esperado do fundo de pensões	33 234	10 733
Reconhecido em capitais próprios		
Desvios de rendimento de fundos de pensões	16 197	( 79 647)
Contribuições para o fundo de pensões	-	120 000
<b>Valores em 31 de dezembro</b>	<b>840 723</b>	<b>791 292</b>

O plano de pensões é financiado pela Adesão Coletiva ao Fundo de Pensões Futuro Clássico gerido pela "Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A." no qual a Sociedade participa em 8,37% a 31 de dezembro de 2023 (2022: 8,66%).

A rubrica de "Contribuições para o fundo de pensões" diz respeito às entregas efetuadas em dinheiro pela Sociedade, não se tendo verificado nenhuma em 2023.

Os ativos do Fundo de Pensões repartidos por tipo, são detalhados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Obrigações	679 643	666 601
Acções	113 067	85 754
Imobiliário	15 326	11 201
Outros títulos de rendimento variável	2 526	1 627
Liquidez	30 161	26 109
	<b>840 723</b>	<b>791 292</b>

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Desvios actuariais positivos / (negativos) no início	324 703	31 468
Alteração de pressupostos	( 29 862)	293 235
Alteração da taxa de desconto	( 52 491)	338 418
Desvios de rendimento do fundo de pensões	16 197	( 79 647)
Outros desvios	6 432	34 464
<b>Desvios actuariais positivos / (negativos) no final</b>	<b>294 841</b>	<b>324 703</b>

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
Custos dos serviços correntes	65 098	120 322
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(13 261)	( 326)
	<b>51 837</b>	<b>119 996</b>



A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 como segue:

	2023 (€)	2022 (€)
<b>No início do exercício</b>	315 755	22 515
(Custos)/Proveitos dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	13 261	326
Contribuição do associado	-	120 000
(Custo do serviço corrente)	(65 098)	(120 322)
Ganhos/(Perdas) financeiras	16 197	(79 647)
Ganhos/(Perdas) atuariais	(46 059)	372 882
<b>No fim do exercício</b>	<b>234 056</b>	<b>315 755</b>

À data de 31 de dezembro de 2023, a *duration* das responsabilidades ascende a 15,7 anos (31 de dezembro de 2022: 17,4 anos).

A análise da sensibilidade a uma variação de 25 pontos base nos pressupostos financeiros e de 1 ano na mortalidade tem os seguintes impactos:

	2023 (€)		2022 (€)	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(22 726)	24 047	(17 753)	18 770
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	-	-	-	-
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	16 407	(15 776)	12 488	(12 017)
Mortalidade (1 ano de variação)	(17 278)	16 940	(12 623)	12 361

## 24 Transações com partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Sociedade as empresas do Grupo MGAM detalhadas no quadro seguinte, os Fundos de Pensões que cobrem as responsabilidades com pensões e os membros do Órgão de Administração enquanto pessoal chave de gestão. Para além dos membros do Órgão de Administração são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.



A lista das partes relacionadas da Sociedade apresenta-se como segue:

**Acionista**

Montepio Geral Associação Mutualista  
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.  
Fundação Montepio Geral  
Lusitania Vida, Companhia Seguros, S.A.  
Lusitania, Companhia Seguros, S.A.

**Conselho de Administração**

João Carlos Carvalho das Neves  
Francisco Jose Gonçalves Simões  
José António Fonseca Gonçalves  
Maria Margarida Pontes Ribeiro de Andrade  
Nuno Augusto Pereira Coelho

**Outras partes relacionadas**

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.  
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
Bolsimo - Gestão Activos S.A.  
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto  
CESource ACE  
Clínica CUF de Belém, S.A.  
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.  
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.  
Finibanco Angola, S.A.  
Fundo de Pensões Futuro Clássico  
Fundo de Pensões Montepio Geral  
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.  
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.  
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.  
In Posterum - ACE  
Leacock Prestação de Serviços, Lda  
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.  
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.  
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE  
Montepio Holding SGPS, S.A.  
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária, S.A.  
Montepio Investimento, S.A.  
Montepio Seguros SGPS, S.A.  
Montepio, Residências para Estudantes, S.A.  
N Seguros, S.A.  
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.  
Nebra Energias Renovables, S.L.  
Novacambios - Instituição de Pagamento, S.A.  
OIA's  
Fundinvest - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Imomarvãs - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Imourbe - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Portugal Estates Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Santos & Vale - SIC Imobiliária Fechada, S.A.  
Valor Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Valor Prime - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto  
OICVMs  
Montepio Ações EUA - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações  
Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações  
Montepio Euro Energy - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações  
Montepio Euro Financial Services - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações  
Montepio Euro Healthcare - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações  
Montepio Euro Utilities - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações  
Montepio Multi Gestão Dinâmica - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações  
Montepio Multi Gestão Equilibrada - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto  
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações  
Montepio Multi Gestão Prudente - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações  
Montepio Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações  
Montepio Taxa Fixa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações  
Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto  
Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A.  
SAGIES - Segurança e Higiene No Trabalho, S.A.  
SILVIP - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA  
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.  
Ssaginentive, Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis, S.A.



Em 31 de dezembro de 2023 a decomposição dos ativos, passivos, custos e proveitos relativos a operações realizadas com partes relacionadas com a Sociedade é a seguinte:

	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	OIAs	OICVMs	Montepio Crédito	Futuro - SGFP, S.A.	Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE	Lustânia Companhia de Seguros	SAGIES - Segurança e Higiene No Trabalho	Lustania Vida, Companhia Seguros	Total
	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)
<b>Ativo</b>											
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	7 109 833	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7 109 833
Ativos sob direito de uso	-	327 399	-	-	151 005	-	-	-	-	-	478 405
Ativos de contratos com clientes	2 047	7 536	366 975	112 616	-	312 658	-	-	-	-	801 832
Outros ativos	-	7 987	-	-	-	-	-	6 418	-	-	14 405
	7 111 880	342 922	366 975	112 616	151 005	312 658	-	6 418	-	-	8 404 474
<b>Passivo</b>											
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de locação	-	348 382	-	-	155 002	-	-	-	-	-	503 384
Outros passivos	192 394	86 626	-	-	-	-	-	-	-	-	279 020
	192 394	435 008	-	-	155 002	-	-	-	-	-	782 404
<b>Proveitos</b>											
Juros e rendimentos similares	111 560	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111 560
Rendimentos de serviços e comissões	-	24 115	3 400 590	944 926	-	1 445 532	-	-	-	-	5 815 163
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	111 560	24 115	3 400 590	944 926	-	1 445 532	-	-	-	-	5 926 723
<b>Custos</b>											
Depreciações ativos sob direito de uso	-	78 043	-	-	37 106	-	-	-	-	-	115 148
Juros de locação	203	9 937	-	-	4 783	-	-	-	-	-	14 923
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos gerais administrativos	131 076	325 669	-	-	75 269	-	51 081	17 149	-	-	600 244
Custos com pessoal	763 889	-	-	-	-	-	-	43 445	132	9 757	817 224
	895 168	413 649	-	-	117 157	-	51 081	60 595	132	9 757	1 547 539



Em 31 de dezembro de 2022 a decomposição dos ativos, passivos, custos e proveitos relativos a operações realizadas com partes relacionadas com a Sociedade é a seguinte:

	Caixa Económica	Montepio Geral	Montepio Associação Mutualista	Fundo de pensões Futuro Clássico	OIAs	OICVMs	Montepio Crédito	Futuro - SGFP, S.A.	Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE	Lusitânia Companhia de Seguros	SAGIES - Segurança e Higiene No Trabalho	Lusitânia Vida, Companhia Seguros	Total
	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)
<b>Ativo</b>													
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	6 262 604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 262 604
Ativos sob direito de uso	-	17 380	-	-	-	-	41 924	-	-	-	-	-	59 304
Ativos de contratos com clientes	-	7 281	-	-	299 861	68 330	-	364 510	-	-	-	-	739 982
Outros ativos	-	2 378	-	120 000	-	-	-	-	-	44 351	-	-	166 729
	<b>6 262 604</b>	<b>27 039</b>	<b>120 000</b>	<b>299 861</b>	<b>68 330</b>	<b>41 924</b>	<b>364 510</b>	<b>44 351</b>	<b>7 228 619</b>				
<b>Passivo</b>													
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de locação	-	18 715	-	-	-	-	44 944	-	-	-	-	-	63 658
Outros passivos	4 777	12 745	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17 521
	<b>4 777</b>	<b>31 459</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44 944</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>81 180</b>
<b>Proveitos</b>													
Juros e rendimentos similares	6 519	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 519
Rendimentos de serviços e comissões	-	25 442	-	-	3 282 985	703 961	-	1 509 855	-	-	-	-	5 522 243
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>6 519</b>	<b>25 442</b>	<b>-</b>	<b>3 282 985</b>	<b>703 961</b>	<b>1 509 855</b>	<b>-</b>	<b>5 528 763</b>					
<b>Custos</b>													
Depreciações ativos sob direito de uso	-	26 213	-	-	-	-	32 173	-	-	-	-	-	58 386
Juros de locação	-	1 069	-	-	-	-	2 537	-	-	-	-	-	3 606
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos gerais administrativos	73 995	52 189	-	-	-	-	40 806	-	53 721	15 202	1 850	9 396	237 762
Custos com pessoal	544 368	-	-	-	-	-	-	-	-	44 683	-	598 447	9 396
	<b>618 363</b>	<b>79 471</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>75 516</b>	<b>-</b>	<b>1 850</b>	<b>53 721</b>	<b>59 885</b>	<b>1 850</b>	<b>9 396</b>	<b>898 201</b>

Os custos com as Remunerações e Outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Gestão e de fiscalização, bem como as transações efetuadas com os mesmos, constam na nota 5.



## 25 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da Sociedade.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao custo amortizado é apresentada como segue:

	2023		
	Valor contabilístico		Justo valor
	Custo histórico	Custo amortizado	
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	500	-	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	359 333	-	359 333
Aplicações em instituições de crédito	6 828 575	-	6 828 575
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	-	1 395	1 344
	<b>7 188 408</b>	<b>1 395</b>	<b>7 189 752</b>



	2022		
	Valor contabilístico		
	Custo histórico	Custo amortizado	Justo valor
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	474	-	474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 657 368	-	3 657 368
Aplicações em instituições de crédito	2 605 236	-	2 605 236
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	-	1 423	1 353
	<b>6 263 078</b>	<b>1 423</b>	<b>6 264 430</b>

## 26 Ativos e Passivos contingentes e outros compromissos

### - Passivos contingentes e outros compromissos

Em 31 de dezembro de 2023 não existem outros compromissos assumidos, além dos divulgados nas restantes notas, ou passivos contingentes.

### - Ativos contingentes

A Sociedade fez uma reclamação graciosa, no montante total de 37 241,83€, onde peticionou o reembolso do imposto do selo pago nos períodos de 2019, 2020 e 2021 sobre as comissões de comercialização cobradas pelas entidades comercializadoras das unidades de participações dos fundos geridos. A Administração considera que é provável um influxo de benefícios económicos, atendendo à expectativa favorável relativamente ao reembolso baseada no desfecho favorável de outras situações similares ocorridas na indústria.

## 27 Gestão de riscos

A Sociedade encontra-se exposta a um conjunto de riscos que potencialmente podem afetar a sua atividade. De uma forma geral, os riscos mais significativos que podem impactar a atividade da Sociedade são: (i) o risco de crédito, (ii) o risco de mercado, (iii) o risco de operacional e (iv) o risco de liquidez.

O Conselho de Administração monitoriza de uma forma regular estes riscos, tomando as medidas que considera adequadas para a sua gestão e mitigação.

A Sociedade só adquire para a sua carteira própria títulos de dívida pública portuguesa pelo que o risco de crédito é muito baixo.

## 28 Consolidação

As contas da Sociedade relativas aos exercícios de 2022 e 2023 são consolidadas com a Montepio Geral Associação Mutualista, a qual detém 99,85625% do capital da Sociedade.

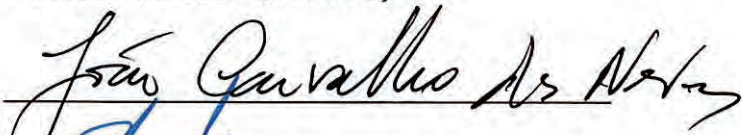

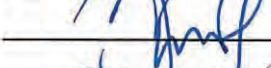




## 29 Acontecimentos após data de balanço

Após o fecho do exercício, não se verificaram transações e/ou eventos significativos que mereçam relevância de divulgação e/ou de registo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Lisboa, 18 de março de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## **4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

---



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., nos termos regulamentares e das suas competências estatutárias, vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e vinte e três e emitir Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da Sociedade, contactando regularmente com a Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

Os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira foi elaborada em conformidade com as normas aplicáveis e que o Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correta a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da Empresa.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., a Certificação Legal das Contas, que foi emitida sem reservas nem ênfases, com parágrafo de outras matérias relacionado com o facto de não serem os auditores dos Fundos geridos pela MGA.

Em resultado dos trabalhos efetuados, o Conselho Fiscal concorda com o teor da Certificação legal das contas emitida pela PwC SROC e dá parecer favorável ao Relatório de Gestão e Contas da Sociedade relativos ao exercício de 2023.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.



Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer de que sejam:

- 1- Aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e vinte e três;
- 2- Aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Conferido um voto de louvor ao Conselho de Administração e à Comunidade de Trabalho, pelo empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de março de 2024

O Conselho Fiscal



Paula Alexandra Flores Noia da Silveira

Presidente



Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Vogal



António José Santiago de Freitas

Vogal



## **5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

---



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 10.228.397 euros e um total de capital próprio de 7.696.488 euros, incluindo um resultado líquido de 839.348 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Outras matérias***

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 dos Organismos de Investimento Coletivo (OICs), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (Relatórios) sem reservas, com exceção da Santos & Vale – SIC Imobiliária Fechada, S.A, cujo trabalho de auditoria ainda se encontra em curso. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos OICs, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do respetivo órgão de fiscalização e do auditor dos OICs, assim como na análise dos Relatórios por este emitidos.

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente



### ***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

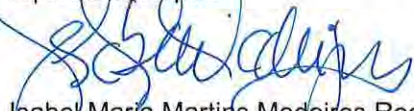
### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, ROC n.º 952  
Registado na CMVM com o n.º 20160569





**Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.**

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

[geral@gestaoactivos.montepio.pt](mailto:geral@gestaoactivos.montepio.pt)

[www.montepiogestaoactivos.pt](http://www.montepiogestaoactivos.pt)